

JAGNÃ MRÉ JYKRE PIR HAN, TI KAR KIRĨR JÉ KAR NÃN TARĨR JÉ.

KANHGÁG VĨ KI RÁ

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

TRADUZIDOS PARA O KAINGANG

Parceiros:

Apoio:

IDGLOBAL
Instituto de Direito Global

AGU
Advocacia-Geral da União

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

ADICUCA
Associação de Difusão Cultural de Canelas
CNPq/PPG/UEPA

INSTITUTO DE DIREITO GLOBAL (IDGLOBAL)

Diretor–Presidente

Carlos Portugal Gouvêa

Diretora Executiva

Dalila Martins Viol

Coordenadora–Geral

Amanda Teles Marques

Pesquisador(a)

Ademir Garcia

Amirele Porto Machado

Jhelice Franco da Silva

Maycon Flores do Nascimento

ADVOCACIA–GERAL DA UNIÃO (AGU)

Ministro de Estado da

Advocacia–Geral da União

Jorge Messias

Secretário–Geral de Consultoria

e Advogado–Geral da União

Substituto

Flavio Roman

Assessora Especial de

Diversidade e Inclusão

Claudia Trindade

Secretária–Geral de

Administração

Elisa Monteiro Malafaia

Gestora da Parceria

Jessica Zimmer da Silva

Integrante da Comissão de

Monitoramento e Controle

Gabriela da Silva Brandão

Lara Aued

Silvino Hipólito Neto

Apoio Técnico Especializado

Carolina Rodrigues

Crizantho Neto

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS (MPI)

Ministro de Estado dos Povos

Indígenas

Eloy Terena

Secretário–Executivo

Marcos Kaingang

Secretaria Nacional de

Articulação e Promoção de

Direitos Indígenas

Giovana Mandulão

Diretor do Departamento de

Línguas e Memórias Indígenas

Edilson Baniwa

**Coordenadora-Geral de
Articulação de Políticas
Educativas Indígenas**
Larissa dos Santos Martins

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA
(MJSP)**

**Ministro de Estado da Justiça e
Segurança Pública**
Wellington César Lima e Silva

**Secretária Nacional de Acesso à
Justiça**
Sheila Santana de Carvalho

**Diretor de Promoção do Acesso
à Justiça**
Gustavo Jorge Silva

**Coordenador-Geral de Direitos
Indígenas**
Marcos de Almeida Matos

**Coordenadora-Geral de Justiça
Socioambiental e Direitos
Territoriais**
Estella Libardi de Souza

**Coordenadora de Justiça
Socioambiental e Direitos
Territoriais**
Julia Zucchi Natour

**ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO
CULTURAL DO CANELLA
(ADICUCA)**

Carine Saez
Fernando Costa Gomes
Mariana Libardi
Rosane Costa Warken
Viviane Jag Fej Farias

Tradutor(a) Tradicional
Celestiel Kri da Silva
Jucemari Mĩnká da Silva Corrêa
Kesia Valderes Jacinto Mũtê
Leonel Kãka Caetano Chaves
Selvino Kokaj Amaral

PROJETO GRÁFICO

Design de capa
Cristian Wari'u

Diagramação
Alan Costa de Brito da Rocha

Texto em Kaingang revisado por
Jocemar Garcia
Sival Cadete

Título: Kanhgág vî ke vỹ rán kỹ nĩ Nerejto tu: Constituição Federal, OIT 169 kar ODS – Kanhgág vî Ki ke

Subtítulo: Língua Indígena Viva no Direito: Constituição Federal, OIT 169 e ODS Traduzidos

Coordenação Técnica: Dalila Martins Viol, Edilson Baniwa, Gabriela da Silva Brandão, Jessica Zimmer da Silva, Julia Zucchi Natour, Lara Aued e Silvino Hipólito da Silva Neto

Instituições Responsáveis: Advocacia-Geral da União, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Instituto de Direito Global

Ano de Publicação: 2026

Edição: 1ª Edição – Junho de 2026

Local de Publicação: Brasília/DF

Formato: Impresso e Digital (pdf)

Número de páginas: 384

Projeto Gráfico: Cristian Wari'u Tseremey'wa

Diagramação: Alan Costa

Colaboraram com as publicações das traduções no âmbito do LIVD:

Ademir Garcia, Amanda Teles Marques, Amirele Machado, Ana Rita de Calazans Perine, Andrei Mendes de Andrades, Atos Fermin Vasques, Bernabé Bitencourt Serra, Carine Saez, Carolina Augusta de Mendonça Rodrigues, Celestiel Kri da Silva, Crizantho Alves Fialho Neto, Decüra-cü-Teodorino Manduca Carvalho, Eliel Benites Kaiowá, Elizabeni Barbosa Almeida, Fernando Costa Gomes, Geniniana Almeida Barbosa, Gilmar Veron Alcântara, Isabela da Silva, Jeronimo Franco da Silva, Jhelice Franco da Silva, Jucemari Mĩnká da Silva Corrêa, Kesia Valderes Jacinto Mûtê, Leonel Kāka Caetano Chaves, Lileia Pedro de Almeida, Lúcia Assis Moraes, Maicon Flores do Nascimento, Mariana Cavalli Libardi, Maurício Vên-Tahn Salvador, Mendison Chota Agostinho, Renata Castelão, Rosane Gonçalves da Costa Warken, Rosimere Maria Vieira Teles, Selvino Kokaj

Amaral, Sue Elen Lievore, Valdelice Veron, Vanessa Ferreira Gamarra, Viviane Jag Fej Farias, Voninho Benites Pedro

Licença de uso: CC BY (Atribuição 4.0 Internacional)

Contato: lingua.indigena@agu.gov.br

Site: www.livd.org.br

Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) tu ke

O Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) vỹ tỹ kanhgág ag jykre, kar ag vî tãn já ke nĩ, jagnỹ mré tu jykrén jé, jurídico kãmĩ.

Jykre tag vỹ tỹ Advocacia-Geral da União (AGU) ag tu âkrén jé nĩ, kar ver, Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministério da Justiça kar Segurança Pública (MJSP) ag ke gé. Ag jykre tag vỹ tỹ pópé Constituição Federal tỹ, kanhgág tẽgtũ tag ag vî ra rán jé ke nĩ – Kaiowá, Kaingang kar Tikuna – vẽnhrá tỹ censo tỹ 2010 tugnỹm ka, Instituto de Geografia kar Estatística (IBGE).

Jykre tag vỹ, kanhgág ag vî ke rán kỹ nĩn kỹ, tugnỹm há han kỹ, jagnẽ mré jykre pĩr han ge nĩ, ti kar mỹ, kanhgág kar fóg ag mré hã, mỹr ti kanhgág ag vî kã nĩn kỹ vỹ, tu ânkrén kar kri rãnrhãj jé há nĩ, mỹr vỹ ti tỹ kanhgág ag vî kã nĩn kỹ vỹ, estado ag lei kinhrãg há han há nĩ. Jykre tag vỹ tỹ, rán ke nĩ, Constituição Federal, OIT 169 kar ODS, kanhgág tẽgtũ tag ag vî ra, ag hã vỹ tỹ êmã tỹ brasil kãki tỹ ãn e hã nỹ tĩ.

Programa vỹ kanhgág tag ag vî ki rán mũ, kanhgág ag tỹ ag vî ki justiça tu vãmén jé, kar jagnã rike kar nỹ tĩn jé, ag tỹ ag vî ki direito tu vãmén jé gé, ag tỹ kar ag nỹ tĩ jé ty, hã tỹ vãsãsan jé, vẽnhrá tag hã vỹ tỹ kanhgág ag tãn ke nĩ.

Kỹ vỹ Chamamento público ke Instituto de Direito Global (IDGlobal) ti kuprãg ag tóg AGU ag, ti tỹ LIVD han jé, kar vỹ ver Organização da Sociedade Civil, Pesquisadores kar kanhgág vî tu vẽnhrã kajrãnrãn ti ag, tu êg Linguista ag ke tĩ, ag mré han.

Jykre tag vỹ jagnã mré tu âkrén kỹ kikro há han ke mũ, mỹr Organização da Sociedade Civil ag vỹ kanhgág ag nỹ tĩj fã ty kinhra nỹ tĩ, kar ver ag hãren ka, jagnã mré ânkrén fã kinhra nỹ tĩ, ag hã vỹ tỹ: Rede de Mulheres Indígenas do Estado de Amazonas – Makira E'ta, vỹ kanhgág Ticuna ag mré rãnrhãj tĩ, ju Associação de Difusão Cultural de Canela – ADICUCA, ag vỹ kanhgág ag mré rãnrhãj tĩ, kar ver Instituto Ixiru Ete – Pai De Todos – Tekoha Laranjeira Nhãnderu, ag vỹ kanhgág kaiowá ag mré rãnrhãj tĩ.

Sobre o Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD)

O Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) é uma iniciativa que visa promover o reconhecimento e a valorização das línguas indígenas no âmbito jurídico brasileiro.

A ação é promovida pela Advocacia-Geral da União (AGU), com o apoio do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Dentre os seus objetivos, encontra-se traduzir a Constituição Federal para as três línguas indígenas mais faladas no país — Kaiowá, Kaingang e Tikuna — conforme o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O programa reconhece o papel fundamental das línguas originárias na construção de uma justiça mais plural, inclusiva e democrática, possibilitando que as comunidades indígenas tenham acesso direto, em sua língua materna, aos principais instrumentos normativos jurídicos de proteção aos povos originários. Dentre os seus objetivos, encontra-se traduzir a Constituição Federal, OIT 169 e ODS para as três línguas indígenas mais faladas no país.

O LIVD representa um passo significativo na construção de um Brasil que reconhece sua diversidade cultural e linguística como pilar da democracia, ao assegurar que o direito seja efetivamente acessível a todos os povos que compõem a nação.

Por meio de chamamento público, o Instituto de Direito Global (IDGlo-bal) foi selecionado para executar o LIVD e para essa missão reuniu organizações da sociedade civil, pesquisadores indígenas e especialistas indígenas em linguística.

A execução do projeto é fortalecida por uma atuação em rede com organizações da sociedade civil diretamente vinculadas às comunidades participantes: a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas — Makira E'ta, que atua junto ao povo Tikuna; a Associação de Difusão Cultural de Canela — ADICUCA, ligada ao povo Kaingang; e o Instituto Ixiru Ete — Pai De Todos — Tekoha Laranjeira Nhãnderu, vinculado ao povo Kaiowá.

Consulta prévia kar ti ki hã ke ãn tugnym há han

Vẽnhrá tag kãki vỹ ken kỹ nỹ, Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho, jagnã mré tu ãkrén vén jé, rán ka fi tũ ki, kỹ vỹ rán tu ke, vẽnhmãn vén, jagnã mré tu ãkrén jé, tu ãg consulta prévia ke tĩ, kanhgág tag ag mré, Kaiowá, Kainkang kar Ticuna ag.

Tradução tag vỹ, etapa tẽgtũ ki han kỹ nĩ. Ûn pir ki vỹ, kanhgág ag mỹ, ù tỹ ag jykre tãn fã ãn nỹ tĩ, vỹ ag direito tu, ù ag tỹ tradução han mũ ãn ag vỹ tugnym kar kuprãg jé. Ju ùn rẽgre vỹ tỹ, ùn constitucional tỹvĩn nỹ tĩ. ãgno ty ser vỹ Constituição Federal, Convenção n° 169 tỹ OIT kar ODS ag han. Tradução ti etapa han kãn kỹ, ãg vỹ kanhgág ag vãnhmãn ag mỹ, mỹ ajag mỹ há ke tĩ, ti tỹ ag kinhrãg há ãn ve ja, ti rá ãn tỹ ki hã nỹ ãn ve ja.

Jagnã mré nĩgnĩ kỹ tu ãkrén fã tag vỹ, vẽnhrá tỹ constitucional jagma hã tĩ ãn vej, mỹr vỹ fóg ag ví ke, ki hã ke nỹ, hãra ti kanhgág ag ví ke rán kỹ nĩn kỹ vỹ, ag hãren kỹ fóg ag jykre tag tỹ, ag ví ke rán kỹ nỹn ãn ve kar tu ãkrén jé ke nĩ, ag tỹ hãren kỹ tu ãkrén fã ãn ve kỹ rán jé gé, ag ví ke.

Consulta Prévia e Validação

Em respeito aos princípios estabelecidos pela Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho, todas as etapas que antecederam a tradução foram realizadas mediante consulta prévia, livre e informada junto aos Povos Kaiowá, Kaingang e Tikuna.

A tradução foi desenvolvida em três etapas. Na primeira, foram traduzidos os artigos da Constituição Federal considerados mais relevantes para os povos indígenas, segundo avaliação dos próprios indígenas envolvidos no processo de tradução. Na segunda etapa, foi traduzido mais um terço do texto constitucional. Por fim, realizou-se a tradução do restante da Constituição Federal, bem como da Convenção n° 169 da OIT e dos ODS. Ao término de cada etapa, a tradução foi apresentada à comunidade *in loco* para validação do conteúdo, garantindo que todos os termos, conceitos e interpretações estivessem cultural e linguisticamente adequados.

Esse processo assegura que a tradução preserve, simultaneamente, a precisão jurídica indispensável e o respeito à cosmovisão, aos valores e às formas próprias de expressão de cada povo indígena participante.

TO VÊMER

Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) vỹ 1988 kã Consti-tuição Federal ãn jamĩn jagma kótĩ mũ, ti kar tỹ êmã mũ jatun mỹ nén ù hynhan jé. Instituições ag tỹ projeto tag kri nỹtĩ mũ ãn ag vỹ povo brasileiro tỹ, tỹ'ũ kar ãn kinhra nỹtĩ, hãkỹ ag vỹ ag valoriza ke mũ, jun ge ãn ty krỹg há han jé.

Hã ty jun ke ãn tu êkrén kỹ, LIVD tag vỹ União ty Advocacia-Geral, Povos Indígenas ag Ministério, Justiça ti Ministério kar Segurança Pública, So-ciedade Civil ti Organização kar Direito Global ti Instituto (IDGlobal) ag vãsãnsãn jé nón mur mũ. Tag ag parceria hãvỹ ag jagnỹ mré ag jykre tỹ pir ke kỹ, kanhgág ag mỹ, ag mré ag jykre to tar ven mũ.

Pryg tỹ 2024 kã kysẽ tỹ abril ti kurẽ tỹ 18 kã Portaria Interministerial AGU/ MPI/MJSP n° 1 kã LIVD tỹ ne han ke ãn rẽgre kri rãnrhãj ke ãn rán mũ:

I – vẽnvi ù ra normas, termos, conceitos kar institutos juridicos rán jé ketũn mỹr jagnã mré vin jé

II – êmã tag mũ kar tãmĩ êmã mág ù mũ legislação to formação kar capacitação hynhan jé, kanhgág nỹ tĩ jé kar mũ valores so-ciais kar culturais to ke gé.

Ag tỹ to vẽnhmãn vén mũ ãn kã, ag to vẽnén mũ kã ag vỹ povo tỹ ag mré han ke ãn mỹ êg vî ki vẽnhrá tag jun ke, tó mũ, 1988 kã Constituição Federal, Vẽnhrãnrhãj to Organização Internacional kã Convenção n°169 (OIT) kar ONU ag tỹ Desenvolvimento Sustentável ag Ne jé ke (ODS) hynhan jé ãn ti.

Ag tỹ kar vẽnhmãn mãn kỹ ag vỹ ser programa tag nón formação kar capa-citação hynhan ke nỹ tĩ, nén ù kar tag to vẽnén jé. Ag tỹ ser êmã tag mũ kar tãmĩ êmã mág ù mũ legislação to formação kar capacitação hynhan ke vẽ, kanhgág nỹtĩ jé kar mũ valores sociais kar culturais to ke gé.

Êmã mág tag ki êg vî tẽgtu tag hãtỹ ehe tugnĩn – Tikuna, Kaiowá kar Kaingang – vẽnhrá jurídicos tag vỹ rán rán vén kỹ nỹtĩ, ti kar tỹ ti direito kinhra nỹtĩ jé, ti tỹ ti vî ki rán kỹ nĩ, tugnĩn.

Mré tỹ Constituição kãki Direito à Educação ki ken kỹ nĩ gé: “Ensino fundamental ki vỹ fóg vî ki kanhrãnrãn, hãra kanhgág ag vỹ ag vî ki kanhrãn mũ gé kar ag nén han fã kar ti” (CF 1988, art. 210, § 2º).

Língua Viva no Direito vỹ tỹ Estado tỹ han ke pẽ nĩ, Carta Magna ki rán kỹ nĩ ãn nón, mỹr tỹ ti art. 231 ki: kanhgág kar ag kinhrãg ke, ag hãren kỹ nỹtĩ ãn, ag ne han fã, ag vỹ, nén ã kri fĩj fã, kar nén kar hynhan fã ãn, ke kỹ nĩn.

Kanhgág ag hã vỹ vãsóki ag vỹ ra rán ke tag vej mũ, ag si ag jykre ãn to êkrén kỹ, ag ne han fã ãn kar êmã ã mĩ nén ã tỹ hãre nĩ ãn nón. Kar ke gé, ag vỹ ra rán jé tag ti kar tỹ kinhrãg há han jé, ti tỹ ag jagrẽ, ag si ag hãmĩ kãmũ jé ãn tó jé gé.

Tag hã tugnĩg LIVD ki ke ag vỹ pã'i, kófa kar ti kar tỹ êmã ki nỹtĩ ãn ag mré to vẽnén mũ, kar ser êmã ãn ty organizações ki ke, gĩr kanhrãnrãn fã kar pesquisadores ag ke gé. Programa tag vỹ ser kanhgág “ag mỹ” kar “ag tugnĩn” han kar valida ke kỹ nĩ, Estado Brasileiro vỹ vé ti tỹ ki hã ke jé nón ve mũ. Vẽnĩ vî Tikuna, Kaingang kar Kaiowá ag tỹ ne jé ke tag ty krỹgkrỹg jé, vỹ tỹ ag tỹ vẽnhrá tỹ jurídicos tag ki ag vỹ tỹ rĩr nĩ jé, ti kar tỹ tó jé kar ti kar tỹ mẽ jé ke nĩ.

LIVD vỹ tỹ ti nén mẽ mũ ãn nón nén ã han jé ke nĩ. Ti kar cultura kar ti vỹ kinhrãg jé, ã tỹ Brasil kãki ga tag mĩ nỹtĩ ãn ag, ga rãnrãn tag tỹ ke tũ ke ver. Êg tỹ normas tag tỹ vẽnĩvĩ ã rá rãnrãn kỹ êg vỹ êmã kar ag nén han fã ãn pãterãg tũ nĩ, êg tỹ êg jagnã mré vãmẽr tag tỹ kagma hynhan sór vẽ.

Mré tỹ ser tỹ política pública kãki ti kar direito to ke nĩ, ti si kã ke ag mré hã han ge ãn kãki ag mỹ justiça, hãky vẽnhrá tag vỹ 1988 kã Constituição, OIT 169 kar ODS to rán kỹ nĩ.

Kỹ programa Língua Indígena Viva no Direito vĩ ù tỹ nén ù tag nón mũ tag ag tar han ti. Û jé ăn mũ vễnvĩ ù ki ă mắg ti. Kagma e jé tag nón vễnhvinven ti. Vễnhrá tỹ Tikuna, Kaingang kar Kaiowá ki rán kỹ nĩ tag tugnĩn ti kar jé instrumentos jurídicos tag kinhra nỹtĩg – ti nén ù hynhan fã mũ, ag ẽmã mũ nỹtĩj jé mũ, ag vĩ kar brasileiros kar ag fe kăki.

Advocacia-Geral da União
Ministério dos Povos Indígenas
Ministério da Justiça e Segurança Pública

APRESENTAÇÃO

O Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) segue o caminho apontado pela Constituição Federal de 1988 rumo à construção de uma sociedade livre, justa e solidária. As instituições envolvidas no projeto partem da convicção de que cada iniciativa que reconhece e valoriza a diversidade do povo brasileiro é um avanço nessa direção.

Com tal missão no horizonte, o LIVD nasceu da união de esforços entre a Advocacia-Geral da União, o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Organização da Sociedade Civil Instituto de Direito Global (IDGlobal). Uma parceria institucional que revelou, ao longo do percurso, caráter integrador e social, espírito de transversalidade e fidelidade à diretriz de fortalecimento da cidadania dos povos indígenas.

A Portaria Interministerial AGU/MPI/MJSP nº1, de 18 de abril de 2024, que institui o LIVD, estabelece os dois eixos em torno dos quais o programa deve girar:

I – tradução e integração de normas, documentos, termos, conceitos e institutos jurídicos; e

II – formação e capacitação em conteúdos relacionados à legislação nacional e internacional, bem como a valores sociais e culturais das diferentes comunidades indígenas.

No primeiro eixo, em diálogo com os povos envolvidos, o programa se propõe a entregar à sociedade as traduções, escritas nas línguas indígenas, da Constituição Federal de 1988, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No segundo eixo, o programa resultará na construção de planos de formação capacitação em conteúdos destinados a promover o diálogo intercultural. Os planos devem envolver temas relacionados à legislação nacional e internacional e aos valores sociais e culturais das comunidades indígenas.

As traduções dos textos jurídicos para as três línguas indígenas mais faladas no País — Tikuna, Kaiowá e Kaingang — corporificam o direito de acesso à informação, ao conhecimento e à cidadania dos povos em suas línguas maternas.

Ao mesmo tempo, materializam outro direito fundamental previsto na Constituição, o Direito à Educação:

“O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (CF 1988, art. 210, § 2º).

O Língua Indígena Viva no Direito é mais um passo para a efetivação de um dever do Estado previsto na Carta Magna, em seu art. 231: o dever de reconhecer aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

É fundamental, portanto, que as comunidades indígenas sejam protagonistas no processo de tradução para suas línguas, como um ato de respeito ao modo de vida, tradições e experiências das diferentes comunidades, mas também para que as traduções possam refleti-las em seus aspectos cosmológicos, espirituais, ancestrais, étnicos e de gênero.

Nesse sentido, as ações do LIVD foram realizadas com o envolvimento direto de lideranças, anciãos e comunidades indígenas, além de organizações locais, professores e pesquisadores do tema. O programa foi construído, executado e validado “com” e “pelos” povos indígenas, cabendo ao Estado Brasileiro o papel de facilitador do diálogo intercultural. O objetivo da dinâmica adotada foi garantir que as traduções dos textos jurídicos para as línguas Tikuna, Kaingang e Kaiowá sejam instrumentos vivos, falados e ouvidos.

O LIVD é, em sua essência, uma ação de escuta. Um projeto de reconhecimento e de respeito à diversidade cultural e linguística daqueles que habitam as terras brasileiras desde muito antes de qualquer demarcação. Ao promover a tradução de normas, respeitando os valores e contextos de cada comunidade, estamos construindo pontes reais para

o diálogo intercultural.

Ao mesmo tempo, é uma política pública que realiza direitos fundamentais, um ato de justiça histórica e constitucional, que confere materialidade ao texto da Constituição de 1988, da OIT 169 e dos ODS.

Que o programa Língua Indígena Viva no Direito inspire outras iniciativas pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Que mais vozes sejam ouvidas. Que mais pontes sejam construídas. E que os textos agora traduzidos para o Tikuna, o Kaingang e o Kaiowá sejam, cada vez mais, instrumentos jurídicos vividos — na prática, no território, na língua e no coração de todos os brasileiros.

Advocacia-Geral da União
Ministério dos Povos Indígenas
Ministério da Justiça e Segurança Pública

Û TỸ TO VÊMÉN

Êmã tỹ Brasil kâki êg vî to política kâki fóg ag vî hãvỹ tar tỹvĩ jé nĩ, êg cultura kar êg vî tỹ tũ ke sór ag vỹ, êg tỹ kanhgág tag hã tỹ ke tỹ vîn ag tóg. Fóg ag tỹ ga ki kãge jé tugnĩg êg vî vỹ tũ ke kren.

Século XVI-XVII kã jesuítas ag tỹ Brasil história ki kanhgág kar ag vî ki-nhrãg kar ag kanhrânran jé ân vỹ tỹ ag tỹ fóg ag tỹ ag ga ki ge jé ke pẽ nĩ. Kanhgág ag vî tó kinhrãg ag tóg, ag tỹ ag tỹ nén han há han jé, hãkỹ ag vỹ, ag tỹ tũ ke sór mũ, ag kanhró, ag cultura, ag vĩ, ag nén ù kar hynhan fã kar ag tỹ hãty kãmũ jé ân ti.

Prỹg tỹ 1988 kã Constituição hãvỹ kanhgág kar ag tỹ ag vî ki vênhrán jé ag jagfy vî mũ. Hãkỹ, ùri kanhgág vênhrá tỹ vênhven kỹ vỹ êmã kar mũ kanhgág ag vî tỹ tar ke mũ, ag cultura kar identidade tỹ ser tar nĩ jé.

Ûri êg vỹ nén ù e tỹ kanhgág ag vî ki ránrán kỹ nỹtĩ vigvég tĩ, hãkỹ êg vỹ to êkren ti, êg vî ki nén ù tỹ rán jé tag ti. Fóg ag vênhrá nón kanhgág vỹ ser ti nén ù hynhan fã, ti vî kar ti cultura to vêmén mũ. Tag nón ùri, ùn e vỹ ser ti jykre ránrán mũ, vãsỹ fóg ag tỹ ag han kamêg jé ân tugnũ.

Programa tag to

Nén ù kar tag nón ser Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD) tỹ mur mũ, União ti Advocacia-geral (AGU), Povos Indígenas ag Ministério (MPI), Justiça kar Segurança Pública (MJ) kar Sociedade Civil ti Organização (OSC) ag tỹ jagnã mré ag jykre tỹ pir ke jé tugnũ. Ag tỹ Kanhgág kar ag to kagma han jé ke vẽ kar ù tỹ tag formulação jo nỹtĩ ag, ù tỹ han ge ân hynhan fã êg êmã kâki, hãkỹ ag vỹ ser prỹg tỹ 1988 kã Constituição Federal, OIT 169 kar ODS tỹ Tikuna, Kaiowá kar Kaingang ki rán jé, ke mũ.

Programa tag vỹ ser ven mũ fóg ag ne han fã tỹ ti kar vî ke rán há tag tĩ, kâki ag vỹ ag jykre, ag vî kar ag cultura vigvej mũ. To ag vỹ “mur tẽg”, “tĩg há han kar há tĩj ke” ke ti, nén ù kar, ag jagrẽ vî kar kanhgág vỹ fã kar.

Kanhgág vĩ ra vênhrán tag vỹ êmã mág kar mĩ Línguas indígenas ti prỹg kato jur mũ, ag vẽmer hãvỹ: “Êg tũ ra, ù pi êg mỹ ne han”, ke mũ.

Ủ tỹ Programa ki nỹtĩ ag to ke vẽ

Prỹg tỹ 2022 kã IBGE ag vỹ Kanhgág ag to, ag vỹ êmã tỹ Brasil kãki, tỹ ùn é tỹvĩ ag nỹtĩ ke mũ, 45,8 mil ke ag vỹ jẽ, êmã tỹ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná kar São Paulo mĩ ag vỹ nỹtĩ. Ag vỹ hãvỹ Jê ty kótĩg kỹ nĩ, ver ag vỹ ag vỹ tag ki jagnã mré vêmén ti, nén tỹ ag identidade cultural tãn kỹ nĩ hãvỹ.

Kaiowá ag vỹ Mato Grosso do Sul ty nỹtĩ, ver ag vỹ jagrẽ kar ag cultura mré ke ti, toa g tekoha ke ti, ag nỹtĩ jê vỹ ag mỹ nén ù há kar kãfór nĩ. Ag tỹ ag ga kenkren mỹr ag vỹ Aty Guasu ty vênhmãmãn ti, ag tỹ jagnã mré vênhgénh jê, ag tỹ ag vỹ tỹ tũ ke tũ nĩ jê teko porã tugnĩn – nén ù kar vỹ há tĩj ãn ki. Prỹg tỹ 2022 kã IBGE ag vỹ 58,6 mil ke ag tỹ jã ke ti, ag vỹ vỹ tỹ tupi-guarani nĩ.

Tikuna ag vỹ 74 mil ke jã, goj kar nãn vỹ tỹ ag tar hã nĩ, Alto Solimões ty ag nỹtĩ, êmã tỹ Tabatinga, Benjamin Constant kar Amaturá Há ty. Ver êmã tỹ Colômbia ty ù tỹ 8 mil ke vỹ nỹtĩ kar êmã tỹ Peru ty 7 mil ty krỹj ke vỹ nỹtĩ gé. Ag vỹ vỹ vỹ tỹ tikuna hã nĩ, ti kótĩg jê kikagtĩg, hãra ti kar vỹ jagnã mré ki vêmén ti.

Vênhrá tỹ 1988 kã Constituição Federal, OIT kar ODS tỹ vênhvĩ tỹ Kaiowá, Tikuna kar Kaingang tag vỹ kanhgág tỹ especialistas ag tỹ êg vỹ rẽgre tó há tag ag mré han kỹ nĩ, ag nỹtĩ jê mĩ nén han fã, ag kanhró ãn nón, ù tỹ fóg vỹ tó kórég ãn ag tỹ kinhrãg jê gé.

Vênh rãnrãj tag han kỹ êg vỹ nén kar mĩ kãmũ jẽg, hãra vỹ êg tỹ vênh jo êkrén han, mỹr LIVD tỹ kanhgág tỹ especialistas ag tỹ vãsóki hãren kỹ han ke ãn to êkrén han mỹ. Kar programa vỹ ag tỹ vôsóki vênhrá tỹ hãren kỹ ag jykre ty jun há ãn to êkrén han mỹ gé, fóg ag vẽmer tỹ tãty fón kỹ ag mré ke ag tỹ kinhrãg jê.

Hãkỹ documentos jurídicos tỹ Tikuna, Kaiowá kar Kaingang vĩ ki rán kỹ nĩ tag vỹ, ag vỹ tỹ tar kej mỹ, ag tỹ ag direito to rá rá jé, ag identidade cultural tỹ tar ke jé, ag vỹ kar ag si ag mỹ há tĩ jé. Ty krỹg ag tóg, Kaingang, Tikuna kar Kaiowá, kar ẽg ẽmã tỹ Brasil kãki, República kar Democracia tag ki kanhgág kar ag.

Prof. Edilson Baniwa
Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas
Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas
Ministério dos Povos Indígenas

PREFÁCIO

A política linguística no Brasil sempre foi de superioridade eurocêntrica, excluindo as culturas e as línguas, sobretudo dos povos originários. Isso se deve a forte colonização da linguagem indígena.

A tradução jesuítica, ocorrida no século XVI-XVII, desempenhou por muito tempo um papel, na história brasileira, não de simples cúmplice da violência colonial, mas, especialmente como instrumento de invisibilização, marginalização e apagamento dos povos indígenas, seus saberes, suas culturas, suas línguas, suas epistemologias e suas trajetórias históricas.

A Constituição de 1988 tem permitido mudanças significativas na relação entre a tradução e os povos originários. Assim, ao apresentar reescritas indígenas, as coleções em questão ressaltam a diversidade de vozes e perspectivas existentes nas comunidades indígenas, contribuindo para a valorização e o fortalecimento de suas culturas e identidades.

Nas últimas décadas observamos diversas traduções, publicações nas línguas indígenas, isso nos leva a contemplar uma mudança de paradigma na tradução, de um instrumento colonial para um meio pelo qual os povos indígenas podem (re)encontrar suas narrativas, línguas e culturas. Além disso, essas publicações também têm proporcionado uma oportunidade para que outros indivíduos dentro de contextos pós-coloniais acessem histórias e perspectivas que lhes foram negadas.

Sobre o Programa

É nessa perspectiva que nasce o Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD), resultado da parceria institucional entre a Advocacia-Geral da União (AGU), os Ministérios dos Povos Indígenas (MPI) e da Justiça e Segurança Pública (MJ) e Organização da Sociedade Civil (OSC), visto que seu objetivo é criar uma ponte de entendimento entre os povos indígenas e os responsáveis pela formulação e aplicação das leis brasileiras, traduzindo a Constituição Federal de 1988, da OIT 169 e ODS para as línguas Tikuna, Kaiowá, Kaingang.

Este programa contempla uma mudança de paradigma na tradução de um instrumento colonial, para um meio pelo qual os povos indígenas podem (re)encontrar suas narrativas, línguas e culturas. Significa “Vida Nova”, o “Bem Viver e Viver Bem” material e espiritual das línguas e linguagens indígenas. Este trabalho de tradução para línguas indígenas também vem ao encontro do ano internacional das décadas das Línguas Indígenas que tem o lema: “Nada para nós sem Nós”.

Sobre os povos envolvidos no Programa

O povo Kaingang segundo IBGE 2022 é um dos maiores e mais expressivos grupos indígenas do Brasil, com população de 45, 8 mil pessoas, espalhadas principalmente pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. A língua Kaingang, integrante da família Jê, permanece viva e falada por grande parte do povo, funcionando como um elo essencial da sua identidade cultural.

O povo Kaiowá, habitantes tradicionais do sul de Mato Grosso do Sul, mantêm uma profunda relação espiritual e cultural com o tekoha, seu território sagrado. Mesmo diante da perda de terras, seguem reunindo-se nas Aty Guasu para fortalecer sua luta coletiva, preservar a língua e garantir o teko porã — a vida boa e harmoniosa. Segundo o IBGE 2022 são 58,6 mil, a língua faz parte da família linguística tupi-guarani.

O povo Tikuna, o mais numeroso com 74 mil pessoas, tem estreita conexão com os rios e a floresta, suas comunidades se concentram principalmente na região do Alto Solimões, em municípios como Tabatinga, Benjamin Constant e Amaturá Há, ainda, cerca de 8 mil Tikunas na Colômbia e quase 7 mil no Peru. A sua língua, também chamada tikuna, é considerada de origem isolada, sem parentesco comprovado com outras famílias linguísticas, e segue amplamente falada nas aldeias.

A tradução inédita da Constituição Federal de 1988, OIT e ODS para as línguas Kaiowá, Tikuna e Kaingang, contou com a colaboração de especialistas indígenas bilíngues e o respeito diante das perspectivas socioculturais, conhecimentos específicos indígenas, para alcançar uma tradução

autêntica, apta a refletir, a um só tempo, os valores constitucionais e a compreensão dos que não falam o português.

Durante o trabalho houve vários desafios, mas muitos significados importantes, pois, o LIVD proporcionou grande exercício para que especialistas indígenas durante a tradução construíssem metodologias indígenas. Além disso, o programa fez que com que mergulhassem na mitologia cosmogônica e etiológica para tentar fazer a tradução mais aproximada possível de cada povo evitando a visão do homem branco e não condizente, em muitos casos, com a visão de mundo do indígena.

Por fim, disponibilizar documentos jurídicos nas línguas Tikuna, Kaiowá e Kaingang permitirá às comunidades indígenas falantes destas línguas compreender e reivindicar seus direitos, fortalecerá suas identidades culturais, linguísticas e a autoestima ancestral. Uma conquista dos Kaingang, Tikunas e Kaiowá, dos povos indígenas do Brasil, da República e da Democracia.

Prof. Edilson Baniwa
Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas
Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas
Ministério dos Povos Indígenas

TI KRĨ

Vẽnhrá kar tag vỹ tỹ ti kar tỹ kar ti direito nón mũ jé ke nĩ, hãkỹ vỹ prỹg tỹ 1988 kã Constituição Federal, Vẽnhr rãnhrãj fã ty Organização Internacional ti Convenção n° 169 (OIT) kar Desenvolvimento Sustentável tỹ ne jé ke (ODS) tỹ ẽg vỹ ki rán kỹ nĩ, kar vỹ ver Glossário nĩ gé. Vẽnhrá tag vỹ vẽmer e tỹvĩ nón han kỹ nĩ, ti kar kinhrãg jé, kar kanhgág vỹ tỹ tar ke jé, ag tỹ justĩa tỹ ne tó nĩ ăn nón kinhrãg jé.

Kaingang, Kaiowá kar Tikuna ag vỹ ki vỹ rán kỹ nĩ: Prỹg tỹ 2010 kã IBGE ag Censo Demográfico vỹ vẽnhvĩ tẽgtũ tag to ẽmã tỹ Brasil kãki mág tỹvĩ nĩ, ke mũ. Ag kar ki, ag vỹ 120 mil ke jã, ag tỹ nén ù tỹ jurĩdico tag kinhrãg jé, ag vỹ tugnĩg.

Êg vỹ ki rán jé ẽg vỹ ti kar tỹ ne han fã ăn nón tugnỹn mũ. Tag han jé ẽg vỹ ti kar mré to vẽnén vén mũ, ti hãre nĩ ăn ti. Ủ tỹ han mũ ag vỹ vãsóki, hãrenkỹ han ke ăn to vẽnén mũ. Kỹ ẽg vỹ vég mũ, ti kar tỹ to vãsănsăn ăn ti, ag tỹ jagnă mré hãrenkỹ ag nỹtĩ ăn mũ ag direito to vẽnén ăn kar tãmĩ ke kar to ẽkrén ăn ti.

Rán ke ty jun kỹ kanhgág pẽ hãvỹ rán rán mũ, ù tỹ ag vỹ ki vẽnhrán há kar cultura to kanhró mág ăn. Kar, kanhgág tỹ tỹ linguista vỹ ser tugnỹm kỹ ki hynhan, tãmĩ ke kar ăn tỹ vẽnhrá tỹ ne tó nĩ ăn kinhrãg há han jé.

Vẽnhrá tag vỹ tĩg mág, taki jun jé, ẽg tỹ ti kar vỹ jẽmẽ jé tugnĩg, ag jykre tỹ pir ke jé. Taki jun jé ẽg vỹ ùn e mỹ to vẽnén, kar valida ke jé, ẽmã ty han jé ăn mũ. Vẽnhrá tag tỹ ù mỹ hãre nĩ ăn tugnỹm jé, ti ag mỹ há nĩ ăn kar ag kinhrãg jé gé.

Programa Língua Viva no Direito (LIVD) tag tỹ projeto han jé tag vỹ tỹ han ge ăn n° 14.903/2024 nón ke nĩ. Direito Global ti Instituto (IDGlobal) vỹ ti organiza ke jé kiră, ẽmã tag ki entidade tỹ contratado vyr jé hãvỹ regime jurĩdico ki, hãkỹ projeto tag tỹ ti kar mũ tĩ mũ, ti condução técnica, ética kar operacional ti. Ti tỹ kiră jé vỹ Edital n° 02/2024 ki kuprẽg kỹ nĩ.

IDGlobal vỹ ser organizações ag mré vẽnén mũ, hãkỹ Associação de Di-

fusão Cultural do Canella – ADICUCA, vĩ ag mré kirã mũ, kanhgág vĩ ki
vênhrán tag han jé; jo Instituto Ixiru Ete – Pai de Todos – Tekoha Laranjeira
Nhanderu vĩ Kaiowá ag jo jê mũ; jãvo Rede de Mulheres Indígenas do
Estado do Amazonas – Makira E'ta vĩ ser Tikuna ag jo jê mũ.

Livro tag tỹ nén ù vênhmãn kỹ ẽg vĩ tag ki rán kỹ nữ tag vĩ tỹ, ti kar ti di-
reito kinhra nỹtĩ jé ke nữ, ag tỹ nón vãsânsân jé, ag nén han fã kar ag vĩ nón.
Pi tag hãki krỹ kej mũ, hãra tỹ ti kar mũ mũj, ẽmã kar mũ ti kar tỹ tugnỹm
kỹ kri ag jykre hynhan jé.

Instituto de Direito Global

INTRODUÇÃO

Este volume reúne traduções fundamentais para a ampliação do acesso ao direito, apresentando, em línguas indígenas, a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de um Glossário de Apoio. Mais do que uma compilação de textos normativos, esta obra é um instrumento de diálogo intercultural, voltado ao reconhecimento, à valorização e ao fortalecimento das línguas indígenas, e de promoção do acesso à justiça.

As traduções foram realizadas nas línguas Kaingang, Kaiowá e Tikuna: três das línguas indígenas mais faladas do país, segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Em conjunto, somam mais de 120 mil pessoas, que passam, com esta iniciativa, a ter a oportunidade de acessar conteúdos jurídicos em suas próprias línguas.

A execução das traduções respeitou as especificidades linguísticas, culturais e epistemológicas de cada povo, contribuindo para ampliar o alcance e a efetividade desses conteúdos em diferentes territórios. O processo de construção deste material foi precedido e orientado por consultas prévias, livres e informadas, que constituíram seu eixo estruturante. Nesse contexto, destaca-se uma inovação metodológica relevante: as consultas foram realizadas por pessoas indígenas e conduzidas nas próprias línguas das comunidades envolvidas. Essa abordagem reforçou a legitimidade e a efetividade do processo, assegurando ampla participação comunitária, fortalecimento da autonomia dos povos indígenas e maior aderência dos conteúdos produzidos às realidades locais e às formas próprias de compreensão do direito e da vida coletiva.

A etapa de tradução foi conduzida por tradutores indígenas tradicionais, reconhecidos por seu domínio linguístico e profundo conhecimento cultural. Em seguida, os textos foram revisados por linguistas indígenas, o que permitiu ampliar a precisão conceitual, a consistência terminológica e a adequação às estruturas próprias de cada idioma.

A elaboração do material seguiu um percurso progressivo, baseado na escuta qualificada, no diálogo contínuo e na construção coletiva. Ao longo desse processo, foram realizados ciclos de apresentação, debate e validação nos territórios, garantindo que as traduções fossem não apenas corretas, mas também compreensíveis, apropriáveis e alinhadas às formas de expressão e entendimento de cada comunidade.

Este projeto, desenvolvido no âmbito do Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD), teve um arranjo institucional inovador regido pela Lei nº 14.903/2024. O Instituto de Direito Global (IDGlobal) teve a honra de atuar como organização da sociedade civil responsável por sua execução, sendo a primeira entidade do País contratada sob esse regime jurídico, o que representou, simultaneamente, reconhecimento institucional e elevada responsabilidade na condução técnica, ética e operacional do projeto. Tal seleção foi por meio do Edital nº. 02/2024.

A atuação do IDGlobal se deu de forma colaborativa e em articulação com organizações que atuam junto aos povos envolvidos: a Associação de Difusão Cultural do Canella – ADICUCA, no contexto Kaingang; o Instituto Ixiru Ete – Pai de Todos – Tekoha Laranjeira Nhanderu, junto ao povo Kaiowá; e a Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas – Makira E'ta, junto ao povo Tikuna.

Este livro, ao reunir, em cada língua, documentos de referência para a compreensão e o exercício de direitos, se projeta como uma ferramenta de fortalecimento das práticas interculturais e de valorização das línguas indígenas. Seu propósito não se esgota na publicação, mas se realiza nas múltiplas formas de circulação, uso e apropriação dos conteúdos nos territórios.

Instituto de Direito Global

JAGNÃ MRÉ JYKRE PIR HAN, TI KAR KIRĨR JÉ KAR NÃN TARĨR JÉ.

KANHGÁG VĨ KI RÁ

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

TRADUZIDOS PARA O KAINGANG



OBJETIVOS Tÿ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



JAGNĀ MRÉ JYKRE PIR HAN, TI KAR KIRĪR JÉ KAR NĀN TARĪR JÉ



Ne jé ke tỹ 1.

Tỹ tũ ken jé vėnh jagjĕgtar ti kar ki, tĕmĩ ěmĕ kar mĩ

1.1 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, tỹ tũ ken jé vėnhkar jagjĕgtar ti, tĕmĩ ěmĕ kar mĩ, uri ũ tóg US\$ 1,90 tỹ jėnkamu tavĩ to jĕg nỹtĩ.

1.2 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, tỹ pir ken jé, ĥĕremũn ti kuju ki, ag mỹ kar fag mỹ, kar gĩr mré, vėnh prỹg kar ki, ũn jagjĕgtar nỹtĩ ag mỹ, nėn ũ kar ki, jo ĕkrėn kỹ vin ĕn jagma ěmĕ mág kĕki.

1.3 Hyn han kar vinvin jé ěmĕ mág kĕki, nėn ũ ĥá to ĕkrėn kỹ vin jé, ti kar mỹ ĥá nỹj ke ĕn jagma, kysĕ kaja to ĕkrėn kỹ, prỹg tỹ 2030 tá krỹg tũ ki, jagjĕgtar ag mỹ nėn ũ ven jé ag to jĕn jé.

1.4 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, ken kỹ nỹn jé ti kar mỹ, fag kar ag mỹ, ũn jagjĕgtar tavĩ ĕn ag mỹ, jag nirejtu rike nỹtĩn jé, ti kaja tỹ jėnkamu jagtĕ ki, kar ver nėn ũ tỹ serviço pir ti, vėnhkar mỹ ke ti, ga tỹ vėsũn kar vėsóki tarĩr jé, kar vėnh mỹ nėn ũ ki tỹ vėsũn jé gé, vėnh kanhkĕ tóg tũg mũ ti tỹ nėn ũ tỹ vėsũn, nĕn mág kĕtĕ nėn kar ĕn ti, nėn ũ tĕg tỹ tecnologias ti, kar ver serviso tỹ jėnkamu vej fĕ tá, kar microfinanceiros ti.

1.5 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, hyn han jé, nėn ũ ĥá ĕn ti, ũn tỹ ne tũ ag mỹ, kar ũn jagjĕgtar tavĩ ag mỹ ke gé, tỹ sĩ ken jé ag mỹ, jagjĕgtar tavĩ ĕn ag nėn ũ vėnhmỹ tóg ga kri ĥĕnrike kỹ vėsarinhrėn mág tũ nĩn jé, nėn ũ

kar ki mré nén ũ kaja mỹ ke gé sociais mré ambientais ke tĩ.

1.a Ken kỹ nỹn jé jagmré nén ũ há vigve kỹ vin jé jēnkamu tỹ, vigvej fã e jagmam, kar ver jagmré vēsānsān kỹ nén ũ há hyn han jé, hērenkỹ nén ũ hyn han já, ān vinven jé, kar ěmā mág kākĩ nén ũ vēnhmỹ tóg hēnrikej ke ān jāmĩ to ěkrén kỹ hyn han jé, ũn tỹ ěmā mág tỹ jagjāgtar ag hyn han jé, nén ũ to há han ge to ākrén kỹ, vēnh jagjāgtar tỹ tũ ken jé ti kar ki.

1.b Hyn han jé to ākrén kỹ ránrán kỹ papé ki vin jé, ěmā mág jagma, tag ki ke kar ěmā mág ũ tá, tugnỹm kar to ākrén kỹ hynhan jé, jagjāgtar ag jagfy kar jag ve kỹ tỹ ũ nỹtĩ, jagtān jé nén ũ há hynhan ge to furũn jé vēnh jagjāgtar tỹ tũ ken jé.



Ne jé ke tỹ 2.

Vēnh kókĩr tỹ tũ ken jé, tá krỹg jé vēnh kar tóg jān há han ge ti, kar ti mỹ vājān tĩn jé, kar mỹ vēnhmỹ ěkrān jé

2.1 Tá krỹg tũki, prỹg tỹ 2030 tá, vēnh kókĩr tỹ tũ ke kar, ken kỹ nỹn jé ti kar mỹ, ũn tỹ ne tũ ān ag mỹ, kar ũn jagjāgtar tavĩ ān mỹ ke gé, mré gĩr ti, ken kỹ nỹn jé, ag mỹ vājān tĩ jé prỹg kar jagma.

2.2 Tá krỹg tũ ki prỹg tỹ 2030 tá, tỹ tũ ken jé ti kar ki, kākĩr nỹtĩ mỹ, ti kar mỹ, tá krỹg tũr prỹg tỹ 2025 tá, kar jagmré to vāmén jé ti internacionalmente ki, ũn ror ag mré gĩr kájo ag vēnh kaga tugnĩn ũn prỹg tỹ pēnkar tũ ag, kar tytāg mré kyrũ kēsir mỹ vājān ve jé gé, ũn tētā nugror kar gĩr péfām nỹtĩ fag, kar kófa kar mỹ.

2.3 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, ěkrān kỹ ti kanā tỹ e ke kỹ kǎfān jé, kar

ũn ga kēsir kri vājān krānkrān fā ag jēnkamu tỹ mág gen jé, ũn tēntá fag hā mỹ, kanhgág ag mỹ, fóg ag ga kāsir kri ēkrān fā, nén ũ jē'ỹn fā ag, krēgufār kugmĩj fā ag, jag rike han kỹ tóg ken kỹ nỹj ga ki nirejtu ti, nénũ ũ kar ki ti ēkrān jé, vēnh kanhrān jé gé, serviso ũ ki tỹ jēnkamu vej fā tá, nénũ ũ ki rānhrāj sór mũ ti, tỹ ēkrān fā tá ke tũ ra ke gé.

2.4 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, ken kỹ vin jé vājān kar ki ti kar mỹ, kar vājañ krānkrān fā ag mỹ tỹ rānhrāj fā ven jé, ēkrān ja ān ki ti fy kanā tỹ e ken jé, jagmré ga kri nén ũ kar tarĩr jé, tỹ tar ke kỹ jé vēsān jé nén ũ vēnh mỹ tóg ga kri hānrike ān kato, ta tóg kutā kǎn kỹ, goj fānfān ti, kar kākān kỹ kóhon kỹ, ketũmỹr rỹg kǎn kỹ jakré kǎgtén ti, kar ver nén ũ vēnh mỹ tóg ěmā mág ki ken kỹ ke gé, tỹ há ken jé jag hā nón ěmā ki kar ga kri.

2.5 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2020 tá, tarĩr kỹ ken kỹ nỹn jé jakré fy kar ki, ēkrān fā ti, nén jē'ỹn fā ti ĩn prur ki, kar nén ũ jē'ỹn fā ti ĩn kākĩ, kar nān kāmĩ mũnĩ kemũ ag, kar ver ti fy génh kỹ tarĩr nỹtĩ ti, mré ti jakré kar fy ti tarĩr há han kỹ ěmā mág kri, ěmā tỹ estados mré ěmā kēsir ag, kar tāmĩ ěmā mág ũ mũ ke gé, ken kỹ nỹn jé jag rike han kỹ ti kar mỹ pipin jé, kar jag rike han kỹ géj jé ti jakré fy tugnỹm kỹ tỹ há ke ja ti, jagmré to hej keja ti ěmā mág ũ mũ ke gé.

2.a Tỹ mág gen jé jēnkamu ti jé, kar ver jagmré to vēsānsān jé tāmĩ ěmā mág ũ ag mré, nén ũ hyn han jé jakré krānkrān fā ag mỹ, tugnỹm kỹ to kanhrān kỹ tỹ téj ken jé, jakré krānkrān fā ag mỹ, nén ũ tǎg to kanhrān kỹ hyn han jé, vin han há han jé jakré fy tugnỹm kỹ kanhrān ja genética ki genes ti, mré animais ag tũ ti ke gé, tỹ mág ken jé jakré fy ěmā mág ag nén ũ há kar hyn han nỹtĩ ān ag mỹ, hāra ěmā mág tỹ jagjǎgtar ag to ēkrén kỹ.

2.b Ki han kỹ tarĩr jé ti ke mǎn tũ nĩn jé, tũ ke tũnĩn jé, kar vēnh mỹn tũ nĩn jé ti kaja ki, jakré vēne kej fā tá, ver tỹ tũ ken jé nén ũ kar ki ěmā mág ũ ag mỹ vēne ke kỹ jǎgnā ti, kar ver jag rike han kỹ, jagmré hej ke kỹ rán kỹ fi ja ti Rodada de Desenvolvimento de Doha ti.

2.c Fin jé ken kỹ nỹn jé jagma mũn jé, vājān kaja tỹ vin ja ti commodities tá kar nén ũ kar hyn han fā ti tỹ, ti kar mỹ vinven jé kinhra nỹtĩn jé nén ũ kar kaja ti, kar ver vēnhjo vājān vin han mág ti, to ēkrén kỹ tỹ pir ken jé vājān kaja mág ti.



Ne jé ke tỹ 3.

Ken kỹ nỹn jé vênhkar tóg jân há han jé, kar ti kar mỹ nén ù há ăn hynhan jé, prỹg kar jagma: gĩr, kyrũ kar kófa mỹ

3.1 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, tỹ pir ken jé kăgter ti ùn têtá kră kêsir fag, ga mág kri tá krỹg tũ nĩn jé tỹ 70 kăgter ti ùn tỹ 100.000 munmur ja ăn jagma.

3.2 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, tỹ tũ ken jé gĩr mur tăg tỹ kăgter ke ăn ti kar gĩr prỹg tỹ 5 penkar tá jun tũ ăn ti, kar ver êmă mág kar ki jagmré tỹ pir ken jé gĩr munmur ke ăn ti, ùn tỹ 25 ki 1.000 kămi munmur jé ăn jagma.

3.3 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, tỹ tũ ken jé êmă kămi vênh kaga epidemias tỹ AIDS ti, kuhur těj ti tuberculose, vênhkaga tỹ ka tánh tóg ù pra ja ăn ti malária, kar vênh kaga ù ti doenças tropicais tarĩr ja tũ ti, kato rănhrăj kỹ tỹ tũ ken jé vênh kaga tỹ hepatite ti, vênh kaga tỹ goj kămi kămũj fă ti, kar ver vênh kaga tỹ jag ki kugmĩj fă ti.

3.4 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, tỹ pir ken jé ùn tegtũ ki ùn pir ki, vênh kęgter ti tỹ gĩr kyrũ ra, vênh kaga ù to jo vênh kygtăg tĩ ăn ti, kar vênh krĩ jykre vênh mỹ kygtăg jé jag mỹ há han jé.

3.5 To vêsăn kỹ tỹ tar ken jé, jo to êkrén kỹ kar mré kygtăg jé nén ù kórég ko kar kron fă ti gojfa kar nén ù kórég kar ti.

3.6 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2020 tá, tỹ pir ken jé ti kuju ki vênh kăgter ti kar vênh kókén ti ga kri kamĩjũ kămi êmĩn jagma.

3.7 Tá krýg tú ki, prýg tý 2030 tá, ken kỹ nỹn jé vènhkar mỹ vènh kaga tý sexual kytgág jé, kar reprodutiva ti, ver mré to êkrén kỹ gĩr tóg munmur ke ti, mỹ venven kỹ ge vã ken jé vènh kanhrânran fã ki, kar ver mré to êkrén kỹ hyn han jé nén ù tý jé ke ti saúde reprodutiva ti êmã mág kãki.

3.8 Ti kar tá jun jé vènh kaga kytgág jé, kar ver tarĩr jé vènh kaga kytgág ge to jênkamu ti, ti kar mỹ ken kỹ nỹn jé vènh kytgág fã há ti, ti kar mỹ vènhkagta tĩn jé, kar vènh kugjón fã tý vacinas hahã, kaja pir tĩn jé ti kar mỹ.

3.9 Tá krýg tú ki, prýg tý 2030 tá, tý pir ke mág jé vãnħ kãgter ti, kar vènh kaga tý nén ù kórég tý veneno to ke ti, kar nén ù kórég tý veneno tý goj, kãka, kar ver mré ga ki ke ti.

3.a Tý tar ken jé hyn han ja ãn ti jé tý Convenção-Quadro fumo tý sigar tý pir ken jé êmã mág kar mĩ, jagma ve kỹ han jé.

3.b Mré to mýsér jé hyn han jé vènhkagta tý vènhkugjón fã ti kar vènhkagta ù kar ti ke gé, vènhkaga tý jagmỹ nĩm fã ti, kar vènh kaga ù ti ke gé, hã tóg êmã mág tý ù ag jãmĩ mũ ãn ag ki ke tĩ, vènhkugjón fã tó ti kar mỹ ke tĩn jé kaja pir to, jagmré rán ja ti ken kỹ nỹn jé Declaração de Doha jagma, hã tóg êmã mág tóg ù ag jãmĩ mũ ãn ag ag nirejtu tó tĩ, ag tý vènh mỹ hyn han jé nén ù to vãmén ja tý TRIPS jagma, ti kar mỹ há tĩn jé tarĩr jé gé vènh kaga vènh kytgág fã ti, vènhkar mỹ ke tĩn jé vènhkagta tý vènh kytgág fã ti.

3.c Tý mág gen jé jênkamu tý vènh kaga kytgág ge ti, kar japrãr kar vin jé ki rãnrãj jé, hyn han kar vènh kanhrânran jé, kar tũgtãn jé ùn tý vènh kytgág fã kanhrãn ja ag êmã mág kar mĩ, hãra ver êmã mág tý jagjãgtar tavĩ ãn ag tá, kar ver êmã ù tý Estados kêsir tý jagjãgtar ag mĩ.

3.d Tý tar ken jé êmã mág kar ag vènh kanhrãn ja ãn ti, hãra êmã má ag nén ù há hỹn han nỹtĩ ãn ag, nén ù vènh mỹ tóg hãnrike ke tũgtó jé jãmĩ, tý sĩ ken jé nén ù vènhmỹ tóg hãnrikej ke ãn ti, kar nén ù vènh mỹ ãn mré hãnrike há tĩn jé êmã mág ki kar ga mág kri vènh kaga ti.



Ne jé ke tỹ 4.

Han jé ti ken kỹ nỹn jé vãnh kanhrân fã ti kar mỹ, jag rike han kỹ, kanhrân rán há han jé, to êkrén jé ti kar mỹ ke nỹn jé vãnh kanhrân rán fã ti ga kri tĩ ân kar ki

4.1 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, ken kỹ tóg nỹj gĩr kēsĩr fag mỹ kar gĩr kēsĩr ag mỹ, vãnh kanhrân fã tỹ ensino primário kar secundário livre kãnkan jé, jag rike kar mỹ ge ke há han jé, ti mũgmũ há han jé kanhrân rán kỹ.

4.2 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, ken kỹ tóg nỹj gĩr kēsĩr fag mỹ kar gĩr kēsĩr ag mỹ, mỹ nén ũ hánhár kar jé ke tĩn jé, ti kēsĩr nỹtĩ ki, tarĩr há han kar mỹ vãnh kanhrân rán fã tỹ pré-escolar ti, ag kar fag kinhrãg há han kỹ ensino primário ra mũn jé.

4.3 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, ken kỹ nỹn jé jag rike han kỹ fi kar ti mỹ, vãnh kanhrân rán fã tỹ técnica, profissional kar superior kinhrãg há han kỹ, kaja pir to tỹ universidade ag ke gé.

4.4 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, tỹ mág ge kãn jé kyrũ kēsĩr, kar kyrũ mág mág ag nén ũ ki kanhrân tỹ mrãnħ kej fã ag, kar mré nén ũ han há ki técnicas kar profissionais ki, tỹ rãnhrãj fã ki, rãnhrãj há ki kar hã vãnh mỹ.

4.5 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, tỹ tũ ken jé jag kóm tỹ ũ nỹtĩn kỹ ki vãnh mỹ kej fã ti, vãnh kanhrân rán fã tá, ken kỹ nỹn jé jag rike han kỹ ti kar mỹ vãnh kanhrân rán fã tá, kar ũn jagjãgtar ag mỹ ke gé, kar ver ũn vãnh mỹ nỹtĩ ag deficiente ag, kanhgág ag kar gĩr kēsĩr jagjãgtar tavĩ ti.

4.6 Tá krỹg tũ ki, prỹg tỹ 2030 tá, ken kỹ nỹn jé kyrũ k ag mỹ, kar ver tỹ e ken jé kyrũ mág ag kar fag mỹ vãnhrãn kỹ to jẽn kinhrãg jé, mré nĩkrén há nỹtĩn jé.

4.7 Tá krýg tú ki, prýg tý 2030 tá, ken kỹ nỹn jé arunũ kar tóg kinhrãg kar hyn han há nýtĩn jé nén ù to, tý sustentável ti, kar ver nén ù to vãnh kanhrãnrãn fã jagma hyn han jé gé desenvolvimento sustentável ti, kar jãnjan há han jé, nirejtu humanos, jag rike han kỹ fi kar ti, to êkrén kỹ mĩ hã mũn jé jagmré jag to nĩgãn vãnh mỹ han tú nĩn jé, kri tý rũm ken jé nén ù há ti, jag kóm tý ù nýtĩ ke ăn ti diversidade cultural ti, jagmré hyn han jé desenvolvimento sustentável ti.

4.a Hyn han kỹ tý há ken jé ãn tý iskóra ti, gĩr tý kanhrãnrãn fã jé kãki, gĩr tóg vãnh mỹ ti kar mũ vãnh mỹ ke gé, ti kar mỹ, vãnh kanhrãn fã tá mỹ ge ke há han jé, gĩr kar mỹ ti kanhrãnrãn jé.

4.b Tá krýg tú ki, prýg tý 2020 tá, tý e ken jé jẽnkamu to vãnh kanhrãnrãn fã ti êmã mág tóg há nýtĩn mĩ, hãra ver êmã mág tóg há tú ăn ag hã mỹ, kar ver êmã ag tý kusa tavĩ mĩ nýtĩn há han kỹ nýtĩ ăn ag, kar êmã tý africanos ag, mỹ ven jé vãnh kanhrãn fã tý ensino superior ti, kar ver formação profissional ti, kar tecnologia tý nén ù kar kinhra ti, kar tý nén ù kar kinhra to vãmén fã ti, técnicos jé, tý engenharia ti kar programas científicos ti, êmã mág tý nén ù hyn han ja ăn ag kar êmã mág ù ag nén ù há hyn han mũ ag.

4.c Tá krýg tú ki, prýg tý 2030 tá, tý e ken jé professor tóg vãnh kanhrãnrãn há han ja ăn ag, hãra ver jagmré to êkrén kỹ êmã mág kar mĩ profesor kar ag kanhrãnrãn jé, êmã mág tý nén ù há han nýtĩ ăn ag mĩ, hãra ver êmã mág ag hẽrenkỹ nén ù há han vãnh ăn ag mĩ, kar ver êmã e ag kusa ketũmỹr rỹ mré ta fãn fã ti nén ù vãnh mỹ tóg ag ki ke mỹr nýtĩg há han kỹ nýtĩ ăn ag em desenvolvimento ti.



Ne jé ke tỹ 5.

Tá krỹg jé ti kar tóg jag rike kar nỹtĩn jé, kar ũn tětá fag mré ũn tytāg fag tỹ tar ken jé

5.1 Tỹ tũ ken jé ũn tětá fag kar ũn tytāg fag kato discriminação ti.

5.2. Tỹ tũ ken jé ũn tětá fag kar ũn tytāg kēsir fag tāmĩ nỹtĩ ān fag, kar ĩn kākĩ nỹtĩ ān fag vóg vėnh mỹ han kỹ fag rỹnh tũ nĩn jé, kar ver fag vėne kej fã ti exploração sexual ke tĩ, kar nén ũ ti ke gé.

5.3 Tỹ tũ ken jé nén ũ vėnh mỹ kórég ti, tỹ gĩr ra jag mré jāgjāg ti, gĩr mũmāg kỹ jagmỹ vin ti, kar gĩr tětá fag tỹ vėnyn ti mutilações genitais femininas ke tĩ.

5.4 Vigven jé kar mỹ há han jé, rānrāj fã tỹ assistência kar vėnh ĩn mĩ rānrāj fã to jėnkamu mǎn vānh fag, vėnhkar mỹ rānrāj fã jagma serviços públicos ti, nén ũ há hyn han jé kar to jo ěkrén jé proteção social ti, kar jagmré tarĩr jé nén ũ kar ti ĩn kākĩ ti krā mré hã, ěmã mág kākĩ.

5.5 Ken kỹ nỹn jé ũn tětá fag tỹ nén ũ kar ki jagmré hyn han jé, kar ver ti kar rike han kỹ nỹn jé fag mỹ, fag tỹ to ěkrén kỹ hej ken jé vida política kākĩ, econômica kar pública ki ke gé.

5.6. Ti kar tỹ saúde sexual kar reprodutivo ki direito nỹtĩ jé, ag tỹ População kar Desenvolvimento kar Pequim ty Plataforma de Ação ān ty jagnā mré Programa de Ação da Conferência Internacional ki jagnā mré acordo han jé ān tugnĩn. Kar ser tag nón documento ũ tỹ conferência mĩ ránrán kỹ nỹtĩ ān nón.

5.a Ûn tětá fag vỹ ùn gré ag direito hã rike nỹtĩj ke nĩ, jẽnkamũ, ga, recursos financeiros, herança kar recursos naturais tarĩr, êmã mág ãn ki han ge ãn nón.

5.b Ûn tětá fag tỹ tecnologia de informações kar comunicação kar ãn kinh-rãg han ke, fag tỹ vãsóki nén ù hyn han kar oportunidade nỹtĩ jé.

5.c Fag mỹ han ge ãn hyn han kar política hyn han jé, fag tỹ ùn gré ag direito rike nỹtĩ jé, gĩr fag kar ùn sanh fag tỹ mũjé kar mĩ direito nỹtĩ jé.



Ne jé ke tỹ 6 ke.

Ti kar tỹ goj jẽnkri kar saneamento ki direito nỹtĩ jé

6.1 Prỹg tỹ 2030 jo ti kar tỹ goj há jẽnkri kronkron nỹtĩj ke.

6.2 Prỹg tỹ 2030 jo ti kar tỹ banheiro, esgoto kar higiene há nỹtĩj ke, vãn kãra, ketũn mỹr há jé ke nén ù han tũ nĩ jé. Ûn tětá fag, gĩr fag tarĩr ke ù tỹ jagêgtar ãn fag.

6.3 Prỹg tỹ 2030 jo goj tarĩr ke, poluição tỹ sĩ ke ke, nén ù tỹ êg kókén há vã-vãm há han ke, esgoto tratamento hyn han ke kar goj reutiliza ke mãn ke ãn, êmã kar mĩ.

6.4 Prỹg tỹ 2030 jo goj tarĩr ke, meio ambiente junja ke mã kã kunũnh há han jé kar ù tỹ goj tũ ra nỹtĩ ãn tugnym jé, ti kar tỹ goj nỹtĩ jé.

6.5 Prỹg tỹ 2030 jo êmã kar mĩ jagnã mré goj tarĩr jé, êmã mág ag tỹ jagnã mré goj tare nĩ ãn mĩ nỹtĩ ãn kar mré hã.

6.6 Prỹg tỹ 2020 jo goj tỹ nĩ nĩ ke ăn tugnỹm kỹ ki hyn han jé, năn, goj t ére, goj ror kar vênh kanẽ jé ăn ti, goj tỹ jẽnkri nĩ jé ti kar tỹ kronkron jé.

6.a Prỹg tỹ 2030 jo ẽmã kar mĩ jagnã mré ẽmã kėsir tỹ mogmog nỹtĩ ăn ag juna ke jé, ag kanhró, recursos kar tecnologia hãrenkỹ goj ty krỹg ke, goj tỹ sa tỹ tũ kej fã, goj kirũr, esgoto tratamento, reciclagem kar goj reutiliza kej ke ăn to.

6.b Ẽmã kėsir mĩ nỹtĩ ăn, ag mré hãrenkỹ goj tarĩr ke kar saneamento to vēmén jé, ag tỹ ag kronkron ke ăn tugnĩg kirũr jé.



Ne jé ke tỹ 7 ke.

Ti kar tỹ energia ki acesso nỹtĩ jé kar ti kaja tỹ ti kar tỹ kajãm há ăn ty krỹ nĩ jé

7.1 Prỹg tỹ 2030 jo, ti kar tỹ energia nỹtĩ jé, kar ti kaja ti kar tỹ kajãm há ăn ty krỹ nĩ jé.

7.2 Prỹg tỹ 2030 jo, energias renováveis tỹ e ke jé, ẽmã mág kar mĩ.

7.3 Prỹg tỹ 2030 jo, ẽg tỹ hãrenkỹ energia ocupa kej fã ăn tỹ há ke jé, ù tỹ kókén tũ nĩ jé.

7.a Prỹg tỹ 2030 jo, ẽmã mág kar ag tỹ jagnã mré energia limpa to pesquisa kar tecnologia hyn han jé, energia renováveis, energia usa ke há han ăn, kar infraestrutura ki investi ke ti kar mỹ há tĩ jé.

7.b Prỹg tỹ 2030 jo, ẽmã tỹ mogmog nỹtĩ ăn mĩ infraestrutura tỹ mág ke kar tỹ tẽg ke jé, kar ẽmã tỹ jagẽgtar ăn mĩ programas de apoio hyn han jé, ti kar tỹ energia ki acesso nỹtĩ jé.



Ne jé ke tỹ 8 ke.

Economia tỹ mog jé, ti kar tỹ vãnh rãnrhãj há ve jé

8.1 Êmã mág kar mĩ economia tỹ hãrenkỹ mog há ãn ve jé kar êmã tỹ jagêgtar ãn mĩ ti kar mỹ nén ù há han jé, prỹg kar mĩ ag PIB tỹ 7% ki tâpỹ jé.

8.2 Nén ù kar mĩ economia ti produtividade tâfyn jé, tecnologia kar inovaçãotêg tỹ ty vin kỹ, setor mygmág tỹ vãnh rãnrhãj e vinvej fã ãn ag tugnỹm kỹ.

8.3 Vãnh rãnrhãj fã jé política há hyn han jé, empreendedorismo kar inovaçãojé, kar empresa micro, kêsir ka média ag juna ke jé serviços financeiros ki, ag tỹ mogmog jé.

8.4 Prỹg tỹ 2030 jo, consumo kar produçãoto recursos globais ãn tỹ há ke jé, economia tỹ mág ke jé meio ambiente kókén mã kã, êmã mág ag tugnỹm kỹ.

8.5 Prỹg tỹ 2030 jo, ti kar mỹ vãnh rãnrhãj há vé jé, ùn têtã fag, ùn gré ag mỹ kar ù tỹ deficiência ãn mỹ, ti kar tỹ jag tỹ mãn fã hãrike ãn mãn jé.

8.6 Prỹg tỹ 2020 jo, tytêg fã kyrũ ag mỹ vãnh rãnrhãj ve jé, ag tỹ estuda ke jé kar nén ù ki vãnh forma ke jé.

8.7 Véké rãnrhãj ãn tỹ tũ ke jé, kar ù pigju ãn, kar prỹg tỹ 2025 jo gĩr rãnrhãj kar junja ke ãn tỹ tũ ke jé, gĩr ù tỹ criança-soldado ra tĩ tũ nĩ jé, kar gĩr ù tỹ vêsarénh tũ nĩ jé.

8.8 Ti kar tỹ direitos trabalhistas ki direito nỹtĩ jé, ag tỹ rãnrhãj há han jé, migrantes ag, ùn têtã fag kar ùn tỹ vãnh rãnrhãj jagêgtar mĩ nỹtĩ mré hã.

8.9 Política hyn han jé, turismo ki vënh rãnrhāj nĩ jé, ù tỹ cultura kar ěmã kēsir mĩ nén ù vëne kej fã ag mỹ.

8.10 Instituições financeiras ag tỹ ti kar mỹ serviços bancários, seguros kar financeiros hyn han jé ag juna ke jé.

8.a Ěmã tỹ mogmog nỹtĩ ãn kar ùn kēsir ag mĩ Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] apoio tỹ mág ke jé, kar ěmã kēsir tỹ hãren kỹ mogmog jé tũg nỹtĩ ãn ag tỹ Assistência Técnica Relacionada com o Comércio ki Quadro Integrado Reforçado ty vin jé.

8.b Prỹg tỹ 2020 jo, tytëg fag kar kyrũ ag mỹ vënh rãnrhāj jé oportunidade vigve jé Pacto Mundial ki ken kỹ nĩ ãn tugnĩn, mỹr tỹ mogmog nỹtĩ to Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT] ki rán kỹ nĩ.



Ne jé ke tỹ 9 ke.

Infraestrutura há hyn han jé, indústrias tỹ ti kar mỹ ke ãn kar sustentável ãn, inovação kar vënh jykre tëg jé

9.1 Infraestrutura há hyn han jé, ti tỹ confiável kar sustentável nỹtĩ jé, regional kar transfronteiriça ag, desenvolvimento econômico ki ti kar juna ke jé, kar ti tỹ ti kar mỹ kaja pir nĩ jé.

9.2 Indústrias ag tỹ vënh rãnrhāj e vigvej ke ãn, kar prỹg tỹ 2030 jo ti kar mré vej ke ãn, vënh rãnrhāj e tỹj ke ãn kar PIB tãpyr jé, ěmã jagëgtar mĩ hã economia tỹ mog jé.

9.3 Indústria kar empresas kēsir ag tỹ serviços financeiros ki vin jé, ag tỹ mercados kar cadeias de produção ki nỹtĩ jé.

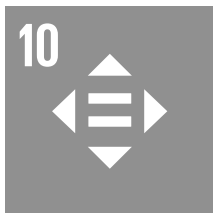
9.4 Prỹg tỹ 2030 jo, ěmã mág kar mĩ ag vỹ infraestrutura tỹ tęg kej, ag tỹ recursos tỹ nén ũ há han kar meio ambiente kókén tũ nĩ jé, hãjé ag vỹ tecnologia limpa mré kej mũ.

9.5 Pesquisa científica tỹ tar ke jé, indústria ag tecnologia, ěmã tỹ mogmog nỹtĩ ãn mĩ, inovação kar pesquisadores ag tỹ e kej ke, kar ser pesquisa ki investi ke jé.

9.a Ěmã tỹ mogmog nỹtĩ mĩ infraestrutura hyn han ke mỹ facilita ke jé, ěmã africano mỹ apoio financeiro, tecnológico kar técnico jęgnę jé, kar ěmã kēsir tỹ mogmog nỹtĩ ãn mỹ kar ěmã jagęgtar ke gé.

9.b Ěmã tỹ mogmog nỹtĩ mĩ desenvolvimento tecnológico, pesquisa kar inovação apoia ke jé, mỹ política hyn han ke ti kar tỹ condições nỹtĩ jé indústria e tĩ jé kar nén tỹ kaja há nỹtĩ jé.

9.c Ěmã kar mĩ ti kar tỹ tecnologia de informação kar comunicação kinhra nỹtĩ jé, ěmã kēsir jagęgtar ãn mĩ hã, prỹg tỹ 2020 ty jun tũ ke.



Ne jé ke tỹ 10 ke.

Ěmã kãki kar ěmã ũ ag mré desigualdade tỹ sĩ ke jé

10.1 Prỹg tỹ 2030 jo, ũ tỹ jagęgtar ãn tỹ mãn fã tãg-fyn jé 40% ke ěmã kãki média ãn krĩgmỹ, desigualdade tỹ sĩ ke jé.

10.2 Ti kar tỹ sociedade ki nén ù ki vin jé, inclusão social, econômica, kar política, ag prỹg tỹ hãre nĩ tugnỹm mã, ti tỹ ùn têtá ketũn mỹr ùn gré tugnỹm mã, ti deficiência, raça, etnia, religião, ti ù condição kãfór ãn tugnỹm mã.

10.3 Ti kar tỹ jag oportunidade rike nỹ ke ãn resultados ki desigualdades ãn tỹ sĩ ke kỹ, hã kỹ vỹ han ge ãn, política kar nen ù tỹ ù discrimina kej há ãn tỹ tũ kej mũ, kar ser ti kar mỹ legislação, políticas kar ações há hynhan jé.

10.4 Ti kar política, fiscal, salarial kar proteção social hyn han jé, ù tỹ jag kãfór tũ nĩ jé.

10.5 Mercados kar instituições financeiras globais mĩ han ge ãn tỹ há ke jé, kar ti kar mĩ hã han mũ ãn tugnỹm jé.

10.6 Êmã tỹ mogmog nỹtĩ ãg vỹ jẽmẽ jé, êmã mág ag tỹ instituições econômi-cas kar financeiras to vêmén kỹ, tag ag tỹ tar ken jé, kar nén ù há hyn han jé.

10.7 Ti kar tỹ êmã ù ra mũj ke ãn to política há hyn han ke, ag tỹ jatun mỹ êmã ù ra migra ken jé.

10.a OMC acordo ãn nón han ge ãn ki hã hyn han jé, êmã ag tỹ mogmog nỹtĩ ãn kar ùn kẽsir tỹ tratamento especial kar tỹ ù nỹtĩ jé.

10.b Êmã kẽsir ag juna ke jé, kar êmã tỹ africanos ag, ag mỹ nén ù jẽgnẽ kar in-vestimentos, ag programa ãn nón.

10.c Prỹg tỹ 2030 jo, migrantes ag tỹ ag nỹ fag mỹ jẽnkamũ jẽnẽ ãn tỹ sĩ ke jé 3% ki, kar ù tỹ 5% kãfór ãn tỹ tũ ke jé.



Ne jé ke tỹ 11 ke.

Cidades kar ù tỹ vãre kỹ nỹtĩ jé mĩ inclusivo, seguro kar nén ù ki hãre tũ nĩ jé

11.1 Prỹg tỹ 2030 jo, ãn há, kaja pir kar serviços básicos nỹtĩ jé, kar favelas tỹ há ke jé.

11.2. Prỹg tỹ 2030 jo, ti kar mỹ kãmĩ mũj fã seguro, kaja pir kar sustentável hyn han jé, êmĩn jagma segurança kar transporte público tỹ e ke jé, ãn têtá fag, gĩr, ù tỹ deficiência kar kófa tarĩr ke.

11.3 Prỹg tỹ 2030 ke tũ ki ag tóg urbanização sustentável han mũ, ù tỹ vẽ so vênh măn kỹ nĩ nĩ ke mũ tag ag, êmã mág tag kãki tu jykré kỹ.

11.4 Û tỹ nén ù kirĩr há tag tãn ge ta nĩ, ti tỹ patrimônio cultural kar natural do mundo kri.

11.5 Prỹg tỹ 2030 ke tũ ki tóg vênh kãg ter tag tỹ sĩ kej ke nĩ nén ù jagy mỹ; Kãka, goj for, ga tỹ ranh ranh ge mỹ, mỹr tỹ êmã mág economia kókén tĩ, ãn jag gãg tar ag tỹ vãnyn ta tĩ. Tag tu jykré kỹ tóg ag jy nĩ gãn ge tu jykrén ge nĩ.

11.6 Prỹg tỹ 2030 ty jun tũ ki tóg nãn tỹ vẽnyn tag ta tũ kej ke sĩ han ke nĩ, kar tỹ povo tỹ fóg tag mĩ nén ù kar kygvéj ta tũ kej sĩ han sór ke nĩ, Kãka kar êg jãn ger tỹ há ken jé.

11.7 Prỹg tỹ 2030 kãmĩ ta ti kar mũj há, ên han ge nĩ espaço público kar mĩ, ãn mũ kórég ag mỹ, ãn têtá fag mỹ, gĩr mỹ kar ãn kófa mỹ kegé.

11.a Jagnã mré han ge tỹ nĩ, nén ù kar economia sociais tĩg há han jé povo kãmĩ kar ti fyr mĩ kar rurais mĩ kegé, ti tỹ vãnh mág há han jé.

11.b Prỹg tỹ 2020 kã mĩ tỹ ãmã tỹ cidade kãsir mog mog nỹ tĩ tag, ag mỹ plano de inclusão han há nĩ, recurso kar ki nén ù jagy tỹ ke tũ ki. Clima tỹ kejẽn vẽ sỹ vẽnyn tĩ, kar tỹ tu jykrén mũ acordo com Marco Sendai kãki, nén ù jagy tỹ hãn ri ke mág tũ nĩ jé.

11.c Ëmã mág jagãg tar ag jy nĩ gãn, nén ù kar ki assistência técnica kar jẽnkamũ ki. Ag tỹ vėsókĩ ag ta nén ù hyn han kinhrãg jé.



Ne jé ke tỹ 12.

Vãnh nĩm han há han, nãn kókén mã

12.1 Tag mré tóg Plano Decenal han ge nĩ, produção kar consumo sustentável tu, ãmã kar ag mré tóg tu jykrén ge nĩ, kãki pã'i ag mré ùn jykre há ãn ag mré ti tỹ vãnh mág jé.

12.2 Prỹg tỹ 2030 kã tóg pétãm ge nĩ, nén ù há tag ti ãg recurso naturais tỹrĩr kãn jé jagnã mré.

12.3 Prỹg tỹ 2030 kã mĩ tóg ti jagtã tỹ tũ kej ke nĩ, vễjẽn kókén tag ti ãmã mág kar mĩ, kri ù tỹ génh mág fã ag mỹ, kar tóg ta sĩ kej ke nĩ, ù tỹ hyn han mũ ag mỹ kegé kar ù tỹ krãn krãn mũ ag, kejẽn ag tỹ ag ãkré kren tĩ.

12.4 Prỹg tỹ 2020 kãmĩ nén ù químico kar nén ù ke kórég tỹ kãnhmar tũ ke vãnh tag tỹ tũ kej sór ke mũ, ag acordo han jé ãn tu jykrén kỹ. jãnger fã, goj kar ga kókén tũ nĩn jé kar ti tỹ ti kar saúde kókén tũ nĩn jé.

12.5 Prýg tỹ 2030 kã mĩ tỹ nén ù mru kórég hyn han fã tag sĩ kej sór ke nĩ, kỹ tóg prevenção han mũ kar ver reciclagem han jé.

12.6 Impresa kãsir kar ùn mág ag mỹ tóg ge kej mũ, ag tỹ han jé sustentabilidade tag vëju àkrén kỹ rán jé.

12.7 Han ge tỹ nĩ, ti kar tỹ compras públicas kar tỹ sustentável nỹ tĩn jé. Kar ag tỹ política kãki kanãm han jé ên ti.

12.8 Prýg tỹ 2030 kãmĩ tỹ ti kar mỹ, kar lugar mĩ informação tỹ junjun ge nĩ, desenvolvimento sustentável tu, ti kar nỹtĩg há han kỹ nỹtĩ jé natureza mré.

12.a Êmã mág jagãg tar ag jy nĩ gãn, nén ù kar capacidades científicas kar tecnologia ki. Ag tỹ vësóki ag ta nén ù hyn han kinhrãg jé ag kon jé.

12.b Nén ù tu jykrén kỹ tóg han ge nĩ, tin kar tugnỹm jé desenvolvimento sustentável ty jun jé ên ti, kar emprego hyn han êg cultura kar êg tỹ nén ù hyn han fã ti.

12.c Combustível fóssil tag tu jykrén kỹ ag tóg ta sĩ kej sór ke nĩ, ù tỹ kãfãn géj tag ag mỹ, jãvo ag tỹ, tu jykrén kỹ han mãn, ti tỹ meio ambiente kókén mág hán kỹ, kỹ país kar ag tóg vënh su jykrén kỹ tỹ kej mũ, ti tỹ sĩ Ken jé. kar ser ùn jagãgtar ag tu jykrén ke gé.



Ne jé ke tỹ 13.

Jagnã mré jykre han, nãn mág kókén mũ tag ti

13.1 Êmã kar mĩ tóg nén ã tỹ vễỹ vễyn fã tag tu ti kar mỹ ge kej ke nĩ, ti kinh ra nỹtĩn jé, clima tu.

13.2 Plano han ge tỹ nĩ, kar tỹ nén ã tu jykrén ge nĩ, kar tóg kanãm ta ã han ge nĩ clima tỹ política ki rã jé.

13.3 Vễnh kanhrãn tag tỹ há ke mág ge nĩ, ti kar krĩ kã fin jé, impacto tỹ sĩ ke sĩ han jé clima tu.

13.a Êmã kar ag vỹ compromisso ki gej ke nỹ tĩ, Nações Unidas ag mré clima tag tu, kỹ ag tóg Implementar kej ke nĩ, US\$ 100 Bilhões, prỹg tỹ 2020 kãmĩ, ag tỹ, êmã kar mĩ tỹ vễnh mág han nỹ tĩ ên ag mré kar ag tỹ nãn nén ã tánh tu jykrén mũ ag clima tag kãmĩ capitaliza ken jé, kãnhmar.

13.b Jag mré tỹ tu jykrén kỹ clima tu planejar ke há han jé, êmã mág kar ag mỹ, ãn tẽtã fag tu jykrén kỹ, ãn mogmog ag kar ser comunidade ti ser. Êmã mág kar ag vỹ kinhra nỹtĩj Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) ty vãnھ mãn mág han jé, nãn kókén mũ tag tũ kar rỹ kamã tag tu.



Ne jé ke tỹ 14.

Goj ta sa kãmĩ ném ã kar kirĩr jé, ti tũ ke tũ nĩn jé

14.1 Prỹg tỹ 2025 kã mĩ tóg sĩ kej ke nĩ, goj ta sa ty kavénh fã tag ti. Nén ã kavéj kar tag ti. Kar ser ã tỹ nén kavéj, tỹ ki vãm fã kar ke gé poluição por nutrientes tag ag.

14.2 Prỹg tỹ 2020 kã mĩ tóg han ge nĩ, kar tóg kirĩr ke nĩ goj tỹ sa kãmĩ ecosistema fyr mĩ nỹtĩ ên ti, kar tóg tugnỹm ge nĩ. Han mãn kar tóg tarĩr ke nĩ, ti tỹ ta goj há nĩn jé kar ki nén ù há nĩn jé.

14.3 Ta sĩ kej ke tỹ nĩ, kar tỹ jy nĩj mũ goj ta sa tũ kirĩr tag ju. Kar tóg vãsãn ge nĩ ùn kanhró mré tu jykrén kỹ.

14.4 Prỹg tỹ 2020 kã mĩ ta tũ kej sór ke nĩ, sobrepesca ilegal kar ù tỹ véké krekuřar jugján mũ ag plano kãki implementar kej ke nĩ, krêkuřar ta ser vênhgrun há han jé tempo há ki, ti kar características biológicas ki.

14.5 Prỹg tỹ 2020 kãmĩ 10% ta rĩr ke goj kafã fyr mĩ, legislação nacional tu jykrén kỹ kar tỹ kãmén kỹ nĩj mũ científico kãki.

14.6 Prỹg tỹ 2020 kã mĩ ta tũ kej há nĩ nén ù tỹ véké pesca kej fã mỹ contribuir kej fã tag tỹ tũ kej mũ, êmã kar mĩ kar ù tỹ vãhã vênh desenvolve ke nỹ tĩ ên ag mré hã ke gé. Kar ta ser ag mré negócio tu vãmén mũ nações unidas ag mré.

14.7 Prỹg tỹ 2030 kã mĩ ta benefício ag fyn ge nĩ economia tugnĩn, estado ka sir ag kar ser êmã mág ag tỹ vênh desenvolve ke nỹ tĩ ên ag mré, kar tỹ nén ù sustentável tu krêkuřar jã'ỹn jé ag vejé.

14.a Êg kanhró kar êg jykre tăgfyn ge ta nĩ ciência kãki, ti tỹ ta ke há nĩjé pesquisa tecnológica kãki kar tỹ tăgfyn ge nĩ gé. Contribuição tag tỹ goj kafã tũ jag fy êmã mág kar mĩ tỹ governamental jãvo país kãsir mĩ estado ta jynĩj mũ ser.

14.b Û tỹ ti nĩgé hã tỹ pescar kej fã tag ag mỹ tóg recurso ù tu jykrén há nĩ gé goj mág mĩ kar ag tỹ mercado ki tỹ ken jé.

14.c Kãgmĩj ke tỹ nĩ, kar tóg tarĩr há nĩj ke nĩ, ti tỹ goj kafã ty ti recurso ki implementar ken jé, kar tỹ direito internacional nĩj mũ, UNCLOS tag ve kỹ. ù tỹ ta tũ ke jé ên tu, kar ta rán kỹ nĩgé parágrafo 158 ‘Êg Ne Han Ge Ên Tu’.



Ne jé ke tỹ 15.

Năn kirĩr kar jagfỹ nén ù han ti tũ ke tũg jé, năn tũg kamãg ke ã tỹ nĩ, ù tỹ vó tĩn kỹ, ã vỹ mỹ ke tũg ra kej ke nĩ, năn ta tũ ken kỹ ga tĩ tỹ kãny tũg jé.

15.1 Ne jé ke tỹ 15.1 prỹg tỹ 2020 ju ti kar vỹ jagñã mré năn kar tỹrĩr ke nĩ, kókén sór mã kã, kar ga mré hã, goj kar ke gé, rynrór ag, ěmã mág ag jagmré hej ke kãn kỹ.

15.2 Prỹg tỹ 2020 kãmĩ tóg ham ge nĩ gestão sustentável ti, năn kar mỹ, năn van jé ěn mã ta krãn krãn mãn ge nĩ globalmente ki.

15.3 Prỹg tỹ 2030 kãmĩ tag ka to rãnrhãj ke, ga tóg, ga kókén jé, kar ga tỹ rynthryj keje ěn ti. Kar goj tỹ ga kókén ěn mré hã. Ti tỹ ěmã kar jagñã rike kar nỹ tĩ jé.

15.4 Prỹg tỹ 2030 kãgmĩ, ka tỹrĩr ke, ga kri nén ù kar ti, rãn jagma ãkré ag kar ser nén ù kar ti, ka tỹ há tĩj mũ, kar tóg beneficio e nĩj mũ ěg tỹ desenvolvimento sustentável mré ke mũn ka.

15.5 Kãnhmar tỹ medida han há nĩ, năn kãmĩ nén nỹtĩ ěn kókén mág tũ ki, 2020 kãki tỹ tag jy nĩgãn ge nĩ, nén ù tỹ kãmĩ mũ ěn tỹ tũ ke tũ nĩn jé.

15.6 Vej ke tỹ nĩ jag mỹ vėnh kãpãg há han ge ěn ti, beneficio kar ěn ti ù tỹ recurso mré rãnrhãj fã ěn kar tóg ven há han ge nĩ acesso ti recurso energético ag mỹ.

15.7 Han ge tỹ nĩ ti tũ ken jé, véké ãkréj fã ag tỹ tũ kej ke nĩ, véké męg ag gén kỹ, vãne kỹ ser fauna kirĩr ja. Ka tỹ tu han kỹ najmũ gé, ti demanda kar hãren kỹ vãne kej ke tũ năn kãmĩ męg ag tu jykrén kỹ.

15.8 Prỹg tỹ 2020 kãmĩ tỹ medidas han ge nĩ, ti tỹ ta sĩ ken jé impacto mág tag tu kar espécie exótico tỹ ẽg ecossistema ra kãmũj fã ta ag mỹ, ti tỹ controlar ke há nĩn jé, ẽg tũ ta vĩn jo.

15.9 Prỹg tỹ 2020 kã ag mré han ecossistema kaja kar ser biodiversidade mỹ plano nacional han ge tu, ka ecossistema vỹ conta kã ki tỹ jagãgtar kej ke tũ nĩ.

15.a Kãgmĩ há han kar tóg tãgfyn ge nĩ fontes kar recurso kar mĩ, biodiversidade kar ecossistema tỹ rĩr há han jé, tu jykrén kỹ financeiros ag conservar kej mũ.

15.b Kãgmĩ há han kỹ tóg recurso há kar ẽn mré nãn sustentável tũ jykrén kỹ, ẽmã mág ag kar mré tu jykrén mũ financiamento tu, ag tỹ nãn tỹ rĩr há han ge tu ag mré nãn tỹ rĩr ke kar nãn krãnrãn ge tu.

15.c Tu vãsãn mãn jé tóg ti kar mĩ, ãkréj fã ilegal kar ã nén ã pigju génh kỹ kren kren fã ẽn ag mré hã, kar tóg nén ã jãvãj mũ ag jykre tỹ tãpry mãn jé comunidade locais mĩ kar ag biodiversidade tag kren tũn nĩn jé.



Ne jé ke tỹ 16 ke.

Ti kar tỹ jagnã mré jatun mỹ nỹtĩ jé, nén ã tỹ hãnríke kỹ justiça jãvãj jé kar instituições hyn han ke, ti tỹ ti kar vỹ jẽmẽ ke jé

16.1 ã tỹ kórég mẽ kamẽg jé, vẽn h rará tugnĩn kar ã tỹ rỹj kỹ kãgtar tỹ sĩ ke jé ẽmã kar mĩ.

16.2 Gĩr tỹrĩr ki ù tỹ junja ke tũ nữ jé, mỹ ón kỹ kuvar ra pére tĩ tũ nữ jé kar rỹnh kónãn tũ nữ jé.

16.3 Ti kar mỹ Direito ti Estado ke, ẽmã taki kar ẽmã ù mĩ, ti kar tỹ nén ù tỹ hãnrike kỹ justiça jãvãj jé.

16.4 Prỹg tỹ 2030 ty jun tũ ke tỹ sĩ kej ke jẽnkamũ pégju ãn, mókã pigju kỹ vêne ke ãn kar nén ù pigju kỹ vêne kej fã ãn gẻnh kãn ke, ù tỹ jo nỹtĩ ãn tỹ kajãm han jé.

16.5 Vẻnh ón tỹ sĩ ke jé kar ù tỹ nén ù kórẻg han fã ãn, ù tỹ kri vẻnh há han tũ nữ jé.

16.6 Instituições mĩ ag rãnhrãj ki hã han ãn, ki nỹtĩ ãn tỹ ti kar mỹ ne han ãn ven jé.

16.7 Ti kar vĩ mẽ vén kar nén ù han ke ãn ve jé.

16.8 Ễmã mág kar mĩ nén han ke ãn tu vẻmẻn jé, ti kar mỹ há tĩ jé.

16.9 Prỹg tỹ 2030 ty jun tũ ke ti kar mỹ documento hyn han ke, gữ vẻnh ven kỹ mỹ registro han ãn mrẻ hã.

16.10 Ti kar tỹ vẻnh vĩ há ãn mã han jé, ag tỹ jatun mỹ to vẻmẻn jé, ẻg ẽmã mág kãki kar tãmĩ ẽmã ù mĩ ke ge.

16.a Ễmã mág kãki instituições ag mrẻ vẫsẫnsẫn jẻ nẻn ù jagy ttỹ ke tũ nữ jẻ, ù tỹ nẻn ù kórẻg hyn han fã ãn tỹ tũ ke sỏr ke, ẽmã ù mĩ ke mrẻ vẻnhmẫn kỹ.

16.b Han ge ãn ù hyn han ke ti kar mỹ, ù tỹ ẫn mã kã.



Ne jé ke tỹ 17 ke.

Ëg tỹ ãmã mág kar mré vãsãnsãn jé, ti kar mỹ nén ù há han ke ãn tỹ ki kro
kỹ ti kar mỹ há tĩ jé

17.1 Ëmã mág kãki recurso tỹ mág ke jé, kar tãmĩ ãmã ù mĩ ke ag apoio
tugvĩ jé nén ù kar ãn tỹ há ke jé, imposto kar receita ti ke gé.

17.2 Ëmã mág ag tỹ ser ù ag mog kãfãn nỹtĩ ãn ag vỹ ùn vãhã
mogmog nỹtĩ ag juna kej ke tó kỹ nỹtĩ [AOD], hã kỹ ag vỹ [RNB]
ki 0,7% tỹ ãmã mág ag vỹ vin, taki 0,15% ketũn mỹr 0,20% tỹ ùn
mogmog nỹtĩ ag mỹ jun.

17.3 Nén ù kar mĩ recurso jãgvãj jé ãmã tỹ mogmog nỹtĩ ãn mĩ ti kar
mỹ há han jé.

17.4 Ëmã tỹ vãhã mogmog nỹtĩ ag mỹ ge kej ke, ag tỹ deve tỹ kēsĩr
ke jé, kar ag mré acordo hyn han ke ag tỹ ty nỹtĩ kar ãn mỹ política
há han jé.

17.5 Política hyn han kar ti sĩ ãn tỹ vãnh ven han ke, empresas kar organi-
zações ag ty nỹtĩ ãn mỹ vãnh rãnrãj ve jé.

Tecnologia to ke vỹ

17.6 Ëmã kar mĩ jagnã mré há kej ke ãn han ke, Norte-Sul, triangular
regional kar internacional mĩ ciẽncia, tecnologia kar inovação to jagnã
mré kanhrãnrãn jé.

17.7 Tecnologia tỹ meio ambiente kókén vãnh ăn hyn han ke ăn to juna kej ke, ẽmã kēsir kar mĩ ke tỹ vugvóg fã jé gé.

17.8 Prỹg tỹ 2017 jo Banco de Tecnologia ki ciência, tecnologia kar inovação ag mecanismo de capacitação tỹ ẽmã tỹ mogmog nỹtĩ ăn kar mĩ vin ke. Ti kar tỹ vugvóg kinhrăg jé, tecnologias de informação kar comunicação, internet kar computador ti ke gé.

Capacitação

17.9 Ễmã mág kar mĩ apoio tỹ ẽmã kēsir tỹ mogmog nỹtĩ ăn ra jăgnă jé, ũn tỹ kanhró mág tũ ăn kanhrănăn jé, ag tỹ desenvolvimento sustentável to ne jé ke ăn to ag jykre ăn hyn han jé.

Comércio

17.10 Ễmã kar mĩ nén ũ vẽnegne ke ăn tỹ ti kar mỹ há nĩ ăn han jé vỹ han ge ăn ũ nỹ mũ, ũ tỹ ũn ke tũ kar ti kar vỹ ser jagnă rike kar nỹtĩj mũ gé Comércio ag Organização Mundial kăki. Kar ser nén ũ to jagnă mré vēmén ăn tỹ pir nỹj mũ gé Doha ti Agenda de Desenvolvimento ki.

17.11 Prỹg tỹ 2020 jo ẽmã tỹ mogmog jé ag juna kej ke, kar virmỹ ẽmã tỹ vâhă mogmog nỹtĩ ăn tỹ ũ mỹ nén ũ vêne ke jé, ag tỹ exportação global ki nỹtĩ jé.

17.12 Ễmã kēsir tỹ mogmog nỹtĩ ăn ag tỹ ag tỹ nén ũ vêne ke han ăn ẽmã má gag mỹ, taxas kygiâm mã kar limites ty krỹg tũ ra. Han ge ăn tỹ ti kar tỹ kinhrăg jé ag tỹ jatun mỹ comércio internacional ki nỹtĩn jé.

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Ễmã kar ag tỹ ag política ki hă hyn han ăn kar jagnă mré rănhrăj ke ăn, economia mundial tỹ ki hă ke jé kar nén ũ jagy tỹ ke tũ nĩn jé.

17.14 Ễmã kar ag tỹ jagnă mré rănhrăj há han jé, jagnă mré política pir

han kỹ, jagnã kutên sór mākã desenvolvimento sustentável tỹ ti kar mĩ ki hã ke jé.

17.15 Êmã kar mĩ pã'i má gag mré há kar nĩj ke, ag tỹ ag êmã mỹ política hyn han kỹ, ãn jagêgtar ãn tỹ tũ ke sór to ag tỹ desenvolvimento sustentável han ge to.

As parcerias multissetoriais

17.16 Êmã kar juna kej ke, ag mré parcerias multissetoriais hyn han ke ag tỹ ag kanhró to jagnã mré vēmén jé, expertise, tecnologia kar recursos financeiros, ag tỹ desenvolvimento sustentável jé ne jé ke ãn hyn han jé, kar êmã tỹ mogmog nỹtĩ ãn mĩ ke gé.

17.17 Parcerias to vãsãnsãn jé, parcerias públicas, público-privadas kar sociedade civil ag tỹ recurso kar ag kanhró nón desenvolvimento sustentável há han jé.

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Prỹg tỹ 2020 jo êmã tỹ mogmog nỹtĩ ãn, ã tỹ hãrenkỹ mogmog jé tũg nỹtĩ ãn kar Estados kēsir ag mĩ apoio jãgnã ki ag tỹ capacitação hyn han jé, ag tỹ qualidade ti dados ãn vigve jé, vãhã ke ãn kar ón nĩ tũ ãn, ã tỹ hãre mãn fã, gênero, prỹg, raça etnia, status migratório, deficiência, hãty nĩ ãn kar nén ã tỹ rán há ãn ti.

17.19 Prỹg tỹ 2030 jo ag tỹ desenvolvimento sustentável han jé nén ã hyn han jé ãn vỹ vênh ven ke nĩ produto interno bruto ki kar êmã tỹ mogmog nỹtĩ ãn mĩ apoio jãgnã jé ãn ti, ag tỹ capacitação estatística hyn han jé.



Ne jé ke tỹ 18.

Fóg kapur kar kanhgág kar ag kirĩr jé

Ũ tỹ fóg kapur ag kar kanhgág ag katu racismo han mũ ăn tỹrĩr ke nĩ, tỹ tũ kej sór jé.

ODS 18 vỹ tỹ ămă tỹ Brasil tỹ han ja nĩ, ti tỹ ti kar vỹ jag rike kar nỹ tĩ ke vỹ. Jykre tag vỹ tỹ ti tỹ racismo tỹ tũ kej sór ja ke nĩ fóg kapur kar kanhgág ag katu. Ti tỹ jykre han ja tag vỹ tỹ ti tỹ prỹg tỹ 2023 kă ămă ũ ag mỹ Objetivos de Desenvolvimento Social kăkă nĩm kej ja vỹ, ti tỹ ag cultura tăn han sór vă. ODS 18 vỹ ămă kar nén han ge, ăn tu ke nĩ, prỹg tỹ 2030 ju. Ver ămă kar ag vỹ tugnỹm mũ, ag tỹ ki hă fi sór jé, ag mỹ ti kar tỹ jagnă rike nỹ tĩ, ty ti ta fóg, fóg kapur ketũmỹr kanhgág nĩ, hăra ag vỹ jag rike kar nỹ tĩ.

RECONHECIMENTO AOS INDÍGENAS QUE PARTICIPARAM DAS TRADUÇÕES

Ademir Garcia: indígena do povo Kaingang. Graduando em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Instituto de Direito Global (IDGlobal), atuando no Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD). Participa da tradução de documentos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da OIT e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi professor da língua Kaingang e atua como tradutor da língua.

Atos Fermin Vasques: indígena do povo Tikuna. Professor efetivo. Graduado em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Pedagogia Intercultural pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e em Teologia pelo CFTBN. Possui pós-graduações nas áreas de Educação, Saúde e Saberes Tradicionais pela UEA. Atua como gestor escolar indígena, com forte compromisso com a educação diferenciada e a valorização dos saberes tradicionais. É liderança ativa no movimento indígena do Alto Solimões, integrando a CGTT, onde contribui na defesa dos direitos dos povos indígenas e no fortalecimento das comunidades. Em 2025 e 2026, atuou como tradutor da Constituição Federal de 1988, contribuindo para a acessibilidade do texto constitucional às comunidades indígenas.

Bernabé Bitencourt Serra: indígena do povo Tikuna. Mestre em Linguística e Línguas Indígenas pelo Museu Nacional/UFRJ. Graduado em Pedagogia Intercultural Indígena pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atualmente é professor da Escola Municipal Indígena Santos Dumont, na Comunidade Indígena Tikuna Bom Intento I, no município de Benjamin Constant (AM).

Celestial Kri da Silva: indígena do povo Kaingang. Professor de História e Geografia na EIEB Sã Ty Kó, Aldeia Kondá. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Comunitária de Chapecó (Unochapecó) e pós-graduado pela mesma instituição.

Elizabeni Barbosa: indígena do povo Kaiowá. Tradutora e professora da Aldeia Laranjeira Nhanderu. Graduada em Matemática pela Licenciatura

ra Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/FAIND). Trabalha com séries iniciais e ensino médio.

Geniniana Barbosa Almeida Pedro: indígena do povo Kaiowá. Graduada na área de Ciências da Natureza pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e no curso Ara Vera Normal Médio Intercultural Indígena, na área de Linguagem. Contou com o auxílio de Adelina Pedro de Almeida na tradução em Kaiowá.

Jeronimo Franco da Silva: indígena do povo Kaiowá. Liderança da Aldeia Amambai Tekoha Pandui, Mato Grosso do Sul.

Jhelice Franco da Silva: indígena do povo Kaiowá. Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Naviraí. Pesquisadora do Instituto de Direito Global (IDGlobal), integrando o Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD). Participa da tradução de documentos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da OIT e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desenvolve estudos voltados aos direitos indígenas e às questões socioambientais, integrando grupo de pesquisa sobre conflitos socioambientais e a Rede de Apoio e Incentivo Socioambiental (RAIS).

Jocemar Kovenh Garcia: indígena do povo Kaingang. Residente na Terra Indígena Nonoai (RS). Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como educador, tradutor e agente cultural, com experiência na revisão e correção de traduções para a língua Kaingang, incluindo textos jurídicos. Desenvolve atividades ligadas à valorização dos saberes tradicionais, sendo liderança espiritual (kujã) e participante de iniciativas culturais, produções audiovisuais e projetos de fortalecimento linguístico e comunitário.

Jucemari Mĩnká da Silva Corrêa: indígena do povo Kaingang. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pelo Centro Universitário IDEAU – Unidade Getúlio Vargas (RS). Especialista em Educação Interdisciplinar pela mesma instituição e mestranda em Educação em Políticas e Gestão de Processos Educacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Kesia Mûtê: indígena do povo Kaingang. Professora. Graduada em Ciências da Natureza pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim (RS) e mestranda em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó (RS).

Kunha Yvoty (Lúcia Assis Morais): indígena do povo Kaiowá. Rezadora, Nhande Sy conhecedora dos saberes tradicionais do povo Kaiowá, artesã e parteira tradicional da Aldeia Amambai Tekoha Pandui, Mato Grosso do Sul.

Leonel Kãka Caetano Chaves: indígena do povo Kaingang. Professor. Graduado em Administração em Processos Gerenciais pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Especialista em Gestão Hospitalar pela mesma instituição e especialista em Gestão Escolar, Orientação e Supervisão pela Uniasselvi.

Lileia Pedro de Almeida: indígena do povo Kaiowá. Liderança e mulher ativista do movimento indígena do Mato Grosso do Sul. Graduada em Ciências Humanas e mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Maycon Flores do Nascimento: indígena do povo Tikuna. Graduando em Direito pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisador do Instituto de Direito Global (IDGlobal) e integrante do Programa Língua Indígena Viva no Direito (LIVD). Participa da tradução de documentos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da OIT e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Possui interesse em direitos indígenas, línguas indígenas e fortalecimento dos povos originários, com ênfase na valorização dos saberes tradicionais.

Mendison Chota Agostinho: indígena do povo Tikuna. Professor da Comunidade Indígena Bom Caminho. Coordenador do ciclo de formação de educação indígena (CEFORPE) e coordenador da Câmara Municipal de Educação Indígena (CME). Licenciado em Língua Portuguesa, Língua Tikuna e Espanhol. Pós-graduado em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestre em Linguística e Línguas Indígenas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Oσίας Guedes Alberto: indígena do povo Tikuna. Pesquisador. Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desenvolve pesquisas voltadas ao estudo da língua Tikuna, especialmente em interface com o português, com foco em fonologia, morfologia e alternância de códigos (code-switching).

Renata Castelhão: indígena do povo Guarani-Kaiowá. Graduada em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e possui experiência em Linguística.

Samuel Chamorro: indígena do povo Kaiowá. Graduado em Letras (Português/Literatura e Espanhol) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em Dourados (MS), em 2014. Atua na educação desde 2012, tendo lecionado Artes e Patrimônio Cultural, Língua Espanhola, Línguas Indígenas (Kaiowá e Guarani) e Língua Portuguesa em escolas indígenas de Dourados e Amambai (MS). Possui forte dedicação ao estudo das línguas Kaiowá e Guarani. Atualmente exerce função administrativa terceirizada na Coordenação Regional da FUNAI em Dourados.

Sival Cadete: indígena do povo Kaingang. Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e em Licenciatura Plena em História pelo Centro Universitário Cidade Verde. Atualmente exerce a função de professor da Língua Kaingang e Valores Kaingang na Escola Estadual de Ensino Médio Cacique Sy Gre, na Aldeia Pinhalzinho, no município de Planalto (RS).

Teodorino Manduca Carvalho-Decüracü: indígena do povo Tikuna. Professor. Membro da Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues e participante do movimento indígena do Alto Solimões. Graduado em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e concludente do curso de Mestrado em Linguística e Línguas Indígenas pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Valdelice Veron: indígena do povo Guarani-Kaiowá. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Antropologia. Liderança reconhecida nacional e internacionalmente

pela atuação em defesa dos direitos territoriais, ambientais e culturais dos povos indígenas.

Vanessa Ferreira Gamarra: indígena do povo Kaiowá. Atua na área de Assistência Social indígena, com experiência no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Acadêmica da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde cursa Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas. Participa ativamente do movimento indígena Guarani-Kaiowá (Aty Guasu) e integra a Associação Ixiru Ete, contribuindo para o fortalecimento cultural, a organização comunitária e a defesa dos direitos dos povos indígenas.

Voninho Benites Pedro: indígena do povo Guarani-Kaiowá. Liderança indígena de Mato Grosso do Sul, vinculada ao movimento de professores Guarani-Kaiowá e à articulação política da Aty Guasu.



PARCEIROS:

IDGLOBAL
Instituto de Direito Global



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

APOIO:

ADICUCA
Associação de Difusão Cultural de Canela
CNPJ: 51.750.564/0001-82